

**Estudantes do ensino superior e o mercado de trabalho português:
reflexões diante dos desafios atuais**

Jade da Silva

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção do grau de Mestre em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida

Orientada por

Professora Doutora Marília João Pinheiro Martins de Castro

Bragança

2023

Agradecimentos

Primeiramente agradecer aos meus pais, Célio e Márcia, por acreditarem nos meus sonhos e sempre estarem torcendo e vibrando pelas minhas conquistas, mesmo que de longe.

Agradecimento especial ao meu marido, por estar sempre me apoiando nos momentos mais difíceis e torcendo pela realização de um sonho, obrigada por tudo. Às minhas amigas, Eulália, Fernanda Pires e Fernanda Abrunhosa, colegas de mestrado que levarei sempre no coração, obrigada por toda companhia e trocas que tivemos nestes anos de estudo.

Agradeço a todos os professores do curso de Mestrado em Educação Social do IPB, pelo conhecimento repassado e todos os esforços para a minha conclusão de curso, em especial, à Marília Castro, minha orientadora de mestrado, por toda a dedicação, paciência e apoio que teve ao me orientar para a conclusão deste trabalho.

A todos que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste sonho,

Muito obrigada!

Resumo

O tema escolhido para esta dissertação surgiu a partir da nossa própria vivência acadêmica e seus desafios e quando fora do Ensino Superior: o mercado de trabalho. Um dos motivos para a escolha também foi a falta de exploração investigatória das áreas sociais sobre o assunto, um assunto moderno e importante para as novas gerações profissionais. Neste novo tempo, as inseguranças e anseios do público jovem relativamente ao mercado de trabalho é significativa. A vida estável, o trabalho digno e os salários fixos são cada dia mais escassos, fazendo com que as exigências sejam excedentes às perpassadas pelo Ensino Superior. A massificação do acesso ao Ensino Superior trouxe ainda a competitividade e um retorno ilusório de uma vida quase que inalcançável aos jovens em Portugal. Por tal, desenvolveu-se um estudo de natureza qualitativa, o qual teve aplicação via inquérito por questionário a quinze estudantes de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Norte de Portugal, procurando desmistificar questões sobre ensino e sua preparação para o mercado de trabalho atual. A análise dos dados coletados pelos questionários promoveu o entendimento sobre as experiências pessoais dos estudantes quanto à empregabilidade na sua relação com a vida académica. Diante dos resultados foi possível compreender que os jovens enfrentam um conjunto de barreiras para a inserção no mercado de trabalho atual, entre elas a pouca oferta e a elevada procura de empregos, indicando estes novos tempos serem ainda mais competitivos. Ainda sim, refletiu-se sobre a relevância da aquisição de competências e do estímulo nas IES para a obtenção de experiência profissional, evidenciando a importância dos estágios e/ou projetos de contacto com a comunidade. Igualmente, este estudo propõe demonstrar que os jovens estão preocupados quanto à sua inserção profissional atual e que procuram adquirir competências para uma melhor adaptabilidade ao mundo do trabalho, que reconhecem como necessárias. O principal contributo deste estudo foi revelar uma nova área aos Educadores Sociais, entendendo que a profissão deve estar atenta às novas questões sociais e às suas necessidades, demonstrando a importância do papel deste profissional no Ensino Superior, qualificando o ensino e proporcionando melhorias quanto a preparação dos futuros profissionais.

Palavras-chave: desemprego jovem; mercado de trabalho; Ensino Superior; educador social.

Abstract

The topic chosen for this dissertation arose from our own academic experience and its challenges outside higher education: the labour market. One of the reasons for the choice was also the lack of research in social areas on the subject, a modern and important subject for the new professional generations. In this new era, young people's insecurities and anxieties about the labour market are significant. A stable life, decent work and fixed salaries are becoming more and more scarce, making the demands exceed those of higher education. The massification of access to higher education has also brought competitiveness and an illusory return to a life that is almost unattainable for young people in Portugal. For this reason, a qualitative study was carried out, using a questionnaire survey of fifteen students from a Higher Education Institution (HEI) in the north of Portugal, seeking to demystify questions about education and its preparation for the current labour market. Analysing the data collected through the questionnaires helped us understand the students' personal experiences of employability in relation to their academic life. From the results, it was possible to understand that young people face a number of barriers to entering today's labour market, including the low supply and high demand for jobs, indicating that these new times are even more competitive. It also reflected on the importance of acquiring skills and encouraging people to gain professional experience at HEIs, highlighting the importance of internships and/or community contact projects. Likewise, this study aims to show that young people are concerned about their current professional integration and that they are looking to acquire skills for better adaptability to the world of work, which they recognise as necessary. The main contribution of this study was to reveal a new area to Social Educators, understanding that the profession must be attentive to new social issues and their needs, demonstrating the importance of the role of this professional in Higher Education, qualifying teaching and providing improvements in the preparation of future professionals.

Keywords: youth unemployment; labour market; Higher Education; social educator.

Lista de abreviaturas

APA - American Psychological Association

CICDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

ES – Educador Social

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IES – Instituição de Ensino Superior

INE – Instituto Nacional de Estatística

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

UC – Unidade Curricular

Índice de tabelas

Tabela 1 – Estimativas mensais de emprego e desemprego. Principais indicadores	12
Tabela 2 – Principais indicadores da população desempregada e inativa.....	13
Tabela 3 – População ativa e taxa de atividade por sexo e grupo etário (16 e 74 anos),.....	14
de agosto de 2021 a agosto de 2022	14
Tabela 4 – População ativa e taxa de atividade por sexo e grupo etário (16 e 74 anos),.....	14
de novembro de 2021 a novembro de 2022.....	14

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Distribuição percentual da atual proveniência de rendimento dos jovens.....	27
Gráfico 2 – Percentagem de dificuldades económicas encontradas pelos estudantes.....	28
Gráfico 3 – Percentagem das expectativas de inserção no mercado de trabalho após o término do mestrado	36
Gráfico 4 – Distribuição percentual que identificam os principais anseios, medos ou inseguranças face ao mercado de trabalho	37
Gráfico 5 – Percentual de estudantes que considerou migrar a fim de uma inserção no mercado de trabalho.....	43

Índice Geral

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract	III
Lista de abreviaturas	IV
Índice de tabelas	V
Índice de gráficos	VI
Introdução.....	1
Parte I - Enquadramento teórico.....	3
Capítulo I – O desemprego e a empregabilidade.....	4
1. Desemprego: conceitos a considerar	4
2. Empregabilidade, competências e experiência profissional.....	7
CAPÍTULO II – O desemprego jovem e as políticas de emprego jovem em Portugal	10
1. O desemprego jovem em Portugal	10
2. Políticas de emprego para jovens em Portugal.....	15
CAPÍTULO III – Mercado de Trabalho e Globalização.....	18
1. Mercado de trabalho e o mundo globalizado: as novas exigências do mundo do trabalho para os jovens	18
2. Educação, liberdade e o mundo do trabalho	20
Parte II - Enquadramento metodológico.....	23
CAPÍTULO IV – Investigação empírica	24
1. Questão-problema e objetivos.....	24
2. Metodologia de investigação e técnica de recolha de dados	25
3. Caracterização do grupo de participantes	26
3.1. Realidade socioeconómica do estudante	27
Capítulo V – Apresentação e análise dos resultados	29
1. Perspetivas do Ensino Superior face ao mercado de trabalho	29
2. Preparação para o mercado de trabalho no Ensino Superior	31
3. Inserção no mercado de trabalho e seus desafios na atualidade	33
4. Anseios, medos e inseguranças do mercado de trabalho atual.....	37
5. Aquisição de competências no Ensino Superior	39
6. Perspetivas e estratégias para inserção no mercado de trabalho	42
Recomendações e considerações finais.....	45
Referências bibliográficas	50

Anexos.....	54
Anexo 1 – Parecer favorável da Comissão de Ética do Instituto Politécnico de Bragança	54
Anexo 2 – Termo de consentimento informado não assinado	54
Anexo 3 – Guião de inquérito por questionário.....	56
Anexo 4 – Quadro sinopse da análise de conteúdo.....	60

Introdução

A presente Dissertação de Mestrado aborda a temática relacional do mercado de trabalho português e os jovens do Ensino Superior, procurando evidenciar os desafios atuais. Este estudo tem como objetivo identificar as potencialidades de atuação do educador social perante os desafios de inserção no mercado de trabalho dos jovens recém-saídos do grau académico do 2º ciclo de estudos (mestrado), identificando-se as suas perceções dentro do Ensino Superior e na procura de formas de melhorar o caminho/acesso ao mundo do trabalho.

O interesse pelo estudo surgiu diante da observação sob uma nova vertente de atuação dos Educadores Sociais, ainda pouco explorada e que pode potencializar a atualização profissional sobre as questões sociais mais atuais.

Referências como Sá (2014) apontam que o desemprego jovem, em Portugal, é alarmante. O impulsionamento do acesso ao Ensino Superior nas últimas décadas desencadeou uma crise de maior procura e pouca oferta de mão-de-obra qualificada, tornando o percurso de formação profissional um caminho de incertezas e frequente adaptação às novas exigências.

Nestas reflexões, diante de um contexto em que um diploma do ensino superior já não é garantia de obtenção de um emprego, questiona-se qual o papel das IES face a esta realidade. Serem instâncias e reprodutoras do saber, ou serem reconhecidas por priorizarem técnicas e ferramentas sob a pressão do mercado de trabalho globalizado, buscando repassar aos estudantes competências que supram as necessidades imediatas do contexto mercadológico global, ao invés de proporcionar o desenvolvimento crítico dos estudantes investindo no incentivo à transformação social. Diante dos desafios encontrados e um novo olhar sobre a adaptação da educação frente às mudanças do mercado de trabalho, fundamenta-se a seguinte questão: Como pode o Educador Social contribuir para uma melhor preparação dos estudantes do ensino superior para os desafios do mercado de trabalho atual?

Para dar resposta a esta questão, o estudo pretendeu analisar necessidades, possíveis e potenciais melhorias, identificadas nas IES para a aquisição de competências e melhor perspectiva(s) para a inserção ao mundo do trabalho, a partir de respostas coletadas dos estudantes participantes do último ano de mestrado de uma IES no Norte de Portugal. Com isso, salientamos os objetivos deste estudo, sendo: i) analisar as dificuldades atuais dos estudantes do Ensino Superior em relação à sua inserção no mercado de trabalho português; ii) reconhecer o perfil de proatividade do estudante/futuro profissional; iii) identificar estratégias que poderiam ser aplicadas na Instituição de Ensino Superior para melhor preparar

os estudantes para o mercado de trabalho atual; e iv) refletir sobre o papel do educador social e a sua atuação perante o desemprego jovem.

Este trabalho está estruturado em 5 principais capítulos. No capítulo I, abordarei questões teóricas do conceito de desemprego e sua evolução coincidindo com os dias atuais.

No capítulo II, será abordada a temática sobre o desemprego e as políticas de emprego jovem em Portugal, juntamente com uma breve análise dos anos de 2018 a 2022, refletindo sobre as consequências do período de pandemia do COVID-19. Posteriormente, no capítulo III, buscou-se retratar a temática acerca do mercado de trabalho e a impactante globalização, indagando por um reflexionar sobre as mudanças e as novas exigências do mercado de trabalho atual. Neste mesmo capítulo, pretende-se refletir sobre o papel da educação quanto às transformações do mundo do trabalho.

Seguidamente, o Capítulo IV apresenta-se o modelo de investigação do presente estudo, a questão problema, sua metodologia e técnica de recolha de dados. Após esta clarificação, no capítulo V, desenvolveu-se a análise dos resultados e as reflexões obtidas no presente estudo.

Por fim, refletiu-se sobre o papel do Educador Social e um novo caminho profissional, buscando deixar pistas da atuação profissional frente os desafios atuais.

Em seguida, encontram-se as considerações finais do estudo e algumas e últimas reflexões obtidas acerca do estudo e referências bibliográficas.

Parte I - Enquadramento teórico

Capítulo I – O desemprego e a empregabilidade

1. Desemprego: conceitos a considerar

Para Marx (1983), o emprego e a força de trabalho, relacionada à remuneração proporciona a satisfação das necessidades do indivíduo em sociedade. Diante disso, o ser humano e o trabalho fundariam a diferenciação entre a natureza, trazendo transformação à realidade, produzindo e reproduzindo formas de educação e de conhecimento. O facto da inserção ao mundo laboral, portanto, possibilitar a absorção de novas competências e desenvolvimento inter-relacionais, que perpassam, num todo, para a vida do indivíduo. Por isso, assim como o ingresso na vida laboral, a não inserção ao mundo do trabalho também revela lados negativos para com o desenvolvimento do indivíduo. O desemprego também pode ser visto como uma experiência pessoal, o que vem crescendo de forma alarmante ao longo dos tempos e, isto, manifesta-se a partir dos desajustes económicos e sociodemográficos. Para Marçano (2013) a questão do desemprego não é apenas económica, esta perpassa pela noção social e pode agravar situações de marginalidade e pobreza, o qual a autora denominou como “indústria de pobres” (p. 65) a qual se encaminha para uma desqualificação social, com impacto na qualidade de vida do indivíduo.

O conceito de desemprego que havia surgido em 1870, ganhou força no século seguinte, num período pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), período em que muitos trabalhadores ficaram sem seus postos de trabalho, frente à crise económica instalada. Mesmo após este período (anos de 1939-1945), o crescimento económico foi notável, mas não houve de facto a criação de novos postos de trabalho, o que intensificou a situação de desemprego na época.

Autores como Aznar (1996) e Lages (2001) defendem que esta realidade de desemprego também se deve ao aumento da dimensão demográfica, ao avanço tecnológico e com o aumento da produção, trazendo progressividade estrutural do desemprego, principalmente no período pós-industrial, e que também geraram novas formas de precarização no trabalho como os contratos temporários e os subcontratos, visando a redução de custos.

Souza (2010) em suas análises sobre o desemprego, introduz a partir de Bureau & Marchal (2005), que estar desempregado é estar sem trabalho, de forma efetiva. Mas também

significa estar disponível e à procura de trabalho, o que nesta definição, exclui os trabalhos temporários e precários, limitando o conceito e também interferindo na transição ao mundo do trabalho principalmente do público dos jovens.

Souza (2010) e Sá (2014) em seus estudos, evidenciam algumas reflexões na continuidade de Aznar (1996) e Duarte e Andrade (2000), sobre às transformações do mundo do trabalho, em que ressaltam a existência de algumas expressões do desemprego atualmente, estas denominadas como desemprego cíclico, desemprego de pesquisa, desemprego friccional e o desemprego estrutural.

No caso do desemprego cíclico, este expressa-se de maneira curta, em determinado tempo onde a economia do país diminui as chances do pleno emprego. O designado estrutural, ocorre de forma contrária, onde os níveis de desemprego se tornam mais longos, independentemente da economia, onde o mercado de trabalho define exigências, para as quais os trabalhadores não estão preparados, seja ao nível tecnológico seja ao nível geográfico. Já no desemprego de pesquisa, é aquele em que o próprio sujeito prefere o desemprego e delimita as oportunidades de trabalhar às que mais lhe interessa e que lhe são atrativas.

O desemprego friccional é marcado essencialmente pela rotação do trabalho, ou seja, existem oportunidades momentâneas, e noutros momentos as oportunidades ficam escassas, fazendo com que seja um sistema desajustado e desequilibrado, onde existe uma transição constante entre desemprego e novo-emprego, fazendo com que sempre haja um fluxo de trabalhadores desempregados, ou seja, ao nível de profissões, uma elevada procura entre os que procuram emprego e os que procuram competências. Este, de facto, aumenta com a inovação tecnológica e traz a “potencialidade” de desemprego por mais tempo.

O desemprego estrutural é considerado o mais complexo, pois este traz à tona o desequilíbrio entre as competências e as qualificações dos trabalhadores para com as exigências do mercado de trabalho vivenciadas nos tempos atuais. Neste caso, existe uma complexidade maior de resolução, pois se instala junto das economias modernas, da competitividade e globalização, do mundo de trabalho capitalista e tecnológico, acompanhando os processos produtivos, exigindo extrema adaptação dos trabalhadores e desenvolvendo o que Souza (2010) chamou de “desclassificação conjuntural” (p. 6), ou seja, a filtragem de perfis profissionais devido ao aumento dos diplomas.

Ao falar de desemprego, em especial o desemprego jovem, Souza (2010) em seus estudos, menciona o fenómeno conceituado originalmente por Rose (1998), chamado de

período de transição, fomentado a partir da oferta de mão-de-obra qualificada, advinda da expansão do acesso ao Ensino Superior e este, caracteriza-se por ser mutável frente as exigências do mercado de trabalho, que vai se moldando ao longo do tempo juntamente á perspectiva do capital.

Sendo, assim, a chamada transição para o enfrentamento da flexibilidade laboral e da economia instável, que constitui as dificuldades de inserção ao primeiro emprego regular dos diplomados do Ensino Superior. Este fenómeno, predominantemente das sociedades modernas, também considerado uma questão social e uma preocupação do Estado na atualidade. Souza (2010), também menciona a concorrência pelo emprego, trazida pela grande inserção no Ensino Superior, devido ao investimento público e redução dos custos de acesso que, também, espelha o investimento de políticas de educação como crescimento económico do país. Ainda sim, ressalta que este processo de transição, além de envolver socialmente o Estado e a juventude, envolve os empregadores e as políticas de apoio ao emprego, todos estes reguladores do desemprego.

Portanto, ao falar do desemprego jovem, deve-se levar em conta a transição, mas de uma forma utópica, o qual faz parte o Estado, a educação, as relações sociais e também as políticas públicas. Na valorização da transição, requer identificar as transformações e as condições para o saber e o saber fazer, tornando-se um período de gestão entre educação, emprego e aquisição de experiência profissional. Este conceito surgiu frente a uma nova realidade económica instalada, especialmente às diversas formas de emprego e precariedade, que se constituiu na concorrência e na produção.

Souza (2010) entende que frente à competitividade do emprego, os jovens ainda são a população que enfrentam maiores dificuldades e, portanto, a transição para o trabalho acaba por se constituir como um processo longo, distante e muito exigente e estas dificuldades afetam, principalmente, a identidade profissional e social dos jovens diplomados, além de adiar a sua liberdade económica e a sua independência (pessoal, familiar e profissional).

Para além disso, o emprego também tem um peso importante para o avanço na vida adulta, das aspirações sociais, de uma identidade socioprofissional e da construção de uma posição social. Ainda em algumas reflexões, o desemprego jovem apresenta-se como um prolongamento da adolescência, das condições precárias de trabalho e da vida, sendo desenvolvida na base familiar do jovem e a possibilidade de um emprego estável, uma realidade longínqua.

2. Empregabilidade, competências e experiência profissional

Autores como McQuaid e Lindsay (2005) referem que, na garantia da empregabilidade deve-se levar em conta as características e as competências individuais do sujeito, ou seja, os seus conhecimentos e as suas atitudes, e como se apresenta ao contexto em que deseja trabalhar. Ainda, assim, é relevante observar a conjuntura pela qual a economia do país se apresenta, isto é, a garantia da empregabilidade depende não só das competências académicas deste jovem, mas na sua capacidade de adaptação frente às mudanças do mercado de trabalho globalizado. Ainda para os citados autores, o conceito de competências para empregabilidade engloba alguns fatores como o aspeto individual, o pessoal e o externo. No individual, leva-se em conta o sentido da personalidade, da autoestima, da autoeficácia e a adaptação de cada indivíduo. E este último, visto como o fator que impacta na motivação pelo trabalho e no sucesso da carreira. Também se observam as características que devem ser levadas em conta, como: idade, sexo, estado civil e etnia (por exemplo, onde é feita uma “filtragem” sociodemográfica do sujeito). No aspeto pessoal, importa ressaltar as responsabilidades e os cuidados familiares, a acessibilidade da pessoa a recursos como transportes e a facilidade em deslocamentos para trabalho. Também ressaltam neste ponto, o acesso a fontes financeiras de apoio, por exemplo, e ao capital social no que diz respeito a acessibilidade às redes informais e à rede pessoal do indivíduo, ao seu apoio familiar e da sua comunidade local. Em relação aos fatores externos, leva-se em conta tudo aquilo que vai além do controlo individual, ou seja, as mudanças e as condições do mercado de trabalho. Portanto, a empregabilidade está além das qualificações académicas, perpassa por áreas e competências adquiridas pelo indivíduo durante a sua trajetória de vida (McQuaid & Lindsay, 2005).

Estudos realizados por Carvalho (2017), indicam que as competências do indivíduo têm importância na inserção do mercado de trabalho globalizado e competitivo, o qual vivenciamos atualmente. Ressalta que as empresas estão em constante procura de novos talentos em que possam “disparar” o crescimento económico e que o que buscam vai além das competências académicas, antes que dominem uma diversidade de conhecimentos, de competências transversais, sendo um trabalhador polivalente e adaptativo e, principalmente, que demonstre vontade e um sentimento de que sempre pode aprender mais, acompanhando sempre o ritmo das demandas do mercado.

A autora ainda revela que existe uma discriminação por idade, o que acontece na situação dos jovens, pois são vistos sem experiência ou jovens demais para exercer funções específicas. Além da dificuldade de inserção devido à idade e à falta de experiência, estes jovens podem ter salários desiguais aos profissionais com mais anos de experiência, mesmo estes sendo academicamente qualificados. Portanto, é essencial que estes jovens estejam preparados e atentos às competências exigidas pelo mercado de trabalho atual, mesmo com a barreira da experiência, este pode e deve procurar estratégias que ampliem as suas competências, como atividades extracurriculares, estágios e até voluntariado(s). Além disso, esta mesma análise reflete que as empresas estão à procura de habilidades escolares e consistentes conteúdos disciplinares disponibilizados pelas universidades, mas também nas habilidades genéricas, a comunicação, o trabalho em equipa, a resiliência e a resolução de problemas, por exemplo. Segundo a autora, este fator idade versus experiência interfere no acesso ao mercado de trabalho, mas não podemos deixar de considerar o atual contexto socioeconómico do país em que o jovem procura trabalho. Neste seguimento de ideias, ainda expressa que os jovens necessitam dominar os conceitos de competências (justamente as mencionadas competências técnicas e as transversais), estimuladas em meio académico e social, para que assim possam expressá-las em contexto profissional. Para isso, é necessário um estímulo maior na integração de alunos em projetos, estágios de reconhecida qualidade e abranger uma diversidade de atividades extracurriculares entre Instituição(ões) de Ensino e comunidade.

Consequentemente, ainda revela duas visões de autores diferentes, como Dias (2008), o qual ressalta que as instituições de Ensino Superior têm um papel importante neste quesito. As IES têm grande potencial para desenvolver diversas competências aos seus jovens alunos, tanto ao nível pessoal como profissional. São apontados como facilitadores e estimuladores para o mercado de trabalho, as habilidades de comunicação, a numeracia, o aprendizado às novas tecnologias e o aprender a aprender, ou seja, o despertar para a curiosidade intelectual.

Em contrapartida, pelas ideias de Bergenhenegouwen e Horn (1996) percebe-se que estes autores afirmam que o desenvolvimento de competências profissionais deve ser estimulado pelas empresas e indústrias, procurando motivar os seus trabalhadores e capacitá-los para as funções encarregadas: “To derive the maximum benefit from an organization’s core competences, it is extremely important not only to recognizing the expertise and skills of employees but also to pay attention to the underlying motives and qualities of the employees” (p.30).

As duas ideias, mesmo que de fontes diferentes, desenvolvem e sublinham competências e conhecimentos para a inserção e a permanência no mercado de trabalho, e apresentam como necessário refletir sobre o quanto seria importante a movimentação de ambas as partes para a melhoria dessa inserção e dessa permanência dos jovens no mercado de trabalho.

Sendo assim, as reflexões mostram que o mercado de trabalho globalizado é competitivo e, que nele, as empresas procuram pessoas/profissionais que busquem impulsionar o crescimento económico, com uma visão para o mundo moderno e para as suas necessidades, que estejam atualizadas e preparadas para se adaptarem às mudanças políticas, económicas e sociais. Portanto, necessita-se de uma maior valorização dos saberes humanos, políticos e sociais, das competências para além do campo académico para todos estes jovens recém-licenciados. É preciso valorizar as atividades de estimulação, o contacto com a comunidade, com o saber e o saber fazer, possibilitando a absorção de competências, de uma melhoria na comunicação e dessa almejada melhor preparação para o mundo do trabalho.

CAPÍTULO II – O desemprego jovem e as políticas de emprego jovem em Portugal

1. O desemprego jovem em Portugal

Dados analisados e disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), apontam que Portugal presenciou números crescentes de desemprego após a crise de 2008. A partir desta crise, especialmente em 2012, presenciou-se uma das maiores taxas de desemprego jovem, sendo registada a taxa de 38% de desempregados.

Sá (2014) sublinha que a crise económica vivenciada entre 2007-2008 foi um potencializador e uma das principais causas para o aumento do desemprego jovem em Portugal, o qual atingiu níveis de 40% dos jovens de 15-24 anos desempregados e, na sua maioria, jovens com o ensino superior completo. Ainda assim, revela que as causas do desemprego em Portugal ocorreram devido a fatores como a concorrência com os países produtores de bens a baixo custo e a substituição de postos de trabalhos humanos por tecnologia. Além da crise que continua a se alastrar, também salienta a atual desconformidade de habilitações dos jovens para com as ofertas de trabalho, na qual se aponta que estes possuem formações em áreas “pouco requisitadas” (Sá, 2014, p. 36), ou seja, não valorizadas pelo mercado capitalista. Além destes segmentos, também é observado que a(s) política(s) de emprego e a tipologia de contratos ofertados pelos empregadores são, muitas vezes, precários.

Uma informação validada pela Fundação José Neves, apresentada no designado *Livro Branco* (Rodrigues et al., 2022):

Os jovens representam um grupo da população que é particularmente afetado pelas crises económicas: para alguns jovens as crises retardam a sua entrada no mercado de trabalho, enquanto para outros provocam disrupções/transições que levam à erosão de competências, comprometendo a carreira ao longo da vida. A pandemia veio agravar a situação - que já era frágil - desfazendo as melhorias entretanto conseguidas após a crise de 2008. (p. 2)

Igualmente, Sá (2014) comparou os dados totais de desemprego, entre 1998 e 2012, e verificou a disparidade de desemprego de indivíduos com o ensino básico, o qual se apresentou com valores superiores ao dos jovens com Ensino Superior, mas que, durante o período de 2011-2012, houve a crescente taxa de desemprego de indivíduos com ensino

superior completo, atingindo o valor de 39,1% de desempregados. Sendo assim, o diploma acadêmico já não determina a garantia de inserção e permanência no mercado de trabalho, o que gerou o designado “desemprego jovem qualificado”.

Quando analisados os anos 2019 e 2020, assinala-se um salto no desemprego de jovens de 15 a 24 anos, cuja taxa de 18,3% e passou para 22,6%. No caso dos jovens de 25 a 29 anos, neste mesmo intervalo, o desemprego cresceu de 8,3% para 11%. Já, em 2020, houve um destaque para o desemprego jovem, especialmente do ensino superior, que de 17,6% subiu para 24,1%.

Quando comparados estes dados de desemprego em países como Alemanha, Áustria ou Holanda, observam-se baixas percentagens, isto devido à formação e ao incentivo profissional nestes países, chamado de ensino dual. Esta metodologia tem promovido um maior envolvimento das empresas com os estudantes do ensino superior, o que os prepara melhor para o mercado de trabalho e para a vida profissional, numa experiência de emprego, aplicação e troca de conhecimentos.

Como se constata, Portugal, por sua vez, está entre os países com maiores taxas de desemprego jovem, sendo que, em 2013, era o quinto país na estatística de desemprego jovem. Em 2021, passou para quarto lugar depois da Grécia e de Espanha.

Barros, et al. (2016) refletem que Portugal vivenciou uma massificação do acesso ao Ensino Superior e que, este processo, desencadeou o “boom” no desemprego, principalmente para aqueles com formação superior, pois o mercado de trabalho e a economia do país não conseguiram acompanhar esta ligeira transformação.

Além das altas taxas de desemprego vivenciadas em Portugal, não se pode desvalorizar a questão social que o desemprego jovem acarreta. O desemprego também gera frustrações nos jovens, implicações psicossociais, a perda da autoestima e a falta de valorização dos seus projetos profissionais para o futuro. O trabalho, portanto, especialmente na fase jovem, é importante para o desenvolvimento de uma identidade profissional, do sentimento de valorização pela sociedade, do aumento da autoestima e segurança financeira (Barros et al, 2016). Assim, as baixas expectativas de inserção no mercado de trabalho podem interferir no desenvolvimento vocacional destes jovens e apresenta-se essencial a capacitação para adaptação para as novas exigências atuais.

Portanto, o desemprego jovem é um fator que interfere com os níveis social e individual, uma vez que faz com que desencadeie a perda de impostos para o país e o aumento

da despesa pública devido aos subsídios de desemprego, bem como a intensificação de jovens frustrados e sem perspetiva, com autoestima enfraquecida e pouco identidade profissional, muitas vezes futuros emigrantes. Diante desta realidade, é essencial que se pense em novas estratégias, tanto ao nível de políticas públicas, como de estruturação de ensino e gestão, assim quanto a possíveis ações institucionais para com a preparação e a adaptação destes jovens ao mercado de trabalho atual, visando e potencializando o rejuvenescimento da mão de obra do país.

Ao analisar dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), de agosto de 2019 a novembro de 2022, podemos observar uma onda na oscilação da taxa de desemprego jovem que, de facto, teve subidas repentinas nas taxas depois da chegada da pandemia COVID-19. Em 2019, a taxa de desemprego dos jovens foi estimada em 18,7% e no período inicial da pandemia cresceu em 19,5% como se constata pela leitura da tabela apresentada:

Quadro 3: População desempregada e taxa de desemprego por sexo e grupo etário (15 a 74 anos)										
	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Fev 2019	Nov 2019	Dez 2019	Jan 2020	Fev 2020 (p)	Fev 2019	Nov 2019	Dez 2019	Jan 2020	Fev 2020 (p)
Milhares de pessoas										
População desempregada (15 a 74 anos)	336,2	346,9	347,8	349,6	336,3	353,6	352,4	360,8	366,0	353,8
Homens (15 a 74 anos)	151,0	155,5	163,4	166,9	156,4	158,2	158,0	169,1	174,5	163,6
Mulheres (15 a 74 anos)	185,2	191,4	184,4	182,7	179,9	195,4	194,4	191,7	191,4	190,1
Jovens (15 a 24 anos)	62,1	69,8	69,5	72,3	71,5	64,6	73,4	72,8	74,9	74,0
Adultos (25 a 74 anos)	274,1	277,1	278,3	277,4	264,8	289,1	279,0	288,0	291,1	279,8
%										
Taxa de desemprego (15 a 74 anos)	6,5	6,7	6,7	6,7	6,5	6,8	6,8	7,0	7,1	6,8
Homens (15 a 74 anos)	5,8	5,9	6,2	6,4	6,0	6,1	6,0	6,5	6,7	6,3
Mulheres (15 a 74 anos)	7,2	7,4	7,2	7,1	7,0	7,6	7,5	7,5	7,4	7,4
Jovens (15 a 24 anos)	16,8	18,6	18,7	19,5	19,5	17,6	19,5	19,6	20,2	20,4
Adultos (25 a 74 anos)	5,7	5,7	5,8	5,7	5,5	6,0	5,8	6,0	6,1	5,8

Fonte: INE (2020, fevereiro). Inquérito ao Emprego.

Tabela 1 – Estimativas mensais de emprego e desemprego. Principais indicadores

Em meados de março de 2020, foram adotadas medidas de proteção da saúde pública devido ao novo vírus e à pandemia, que atingiu o funcionamento das empresas, escolas e, conseqüentemente, todo o mercado de trabalho. Podemos observar na tabela a seguir que os valores referentes à taxa de desemprego jovem aumentaram no quarto trimestre de 2020 e infelizmente, pouco diminuem no primeiro trimestre de 2021, reflexos da crise económica advinda da pandemia. Ainda sim, observando as taxas de desemprego em longa duração, podemos observar que houve uma pequena diminuição quando comparado ao primeiro trimestre de 2020, ainda início da pandemia, indicando um grande desafio quanto a recuperação económica do país. Vale identificar a subida nas taxas de jovens com Ensino Superior, ressaltando os desafios trazidos pela pandemia e as incertezas de empregabilidade com qualificação profissional.

Portugal	Valor trimestral			Variação	
	1T-2020	4T-2020	1T-2021	Homóloga	Trimestral
	Milhares de pessoas			%	
População desempregada	348,1	373,2	360,1	3,5	-3,5
Homens	161,2	181,1	175,2	8,7	-3,3
Mulheres	186,8	192,1	184,9	-1,0	-3,7
Dos 16 aos 24 anos	71,0	79,3	73,9	4,1	-6,9
Dos 25 aos 34 anos	89,7	99,4	108,3	20,7	8,9
Dos 35 aos 44 anos	56,7	73,8	61,7	8,8	-16,4
Dos 45 aos 54 anos	65,3	62,9	58,8	-9,9	-6,5
Dos 55 aos 74 anos	65,4	57,7	57,4	-12,2	-0,5
Até ao Básico - 3.º ciclo	148,2	128,9	132,1	-10,9	2,5
Secundário e pós-secundário	125,0	133,9	127,7	2,1	-4,6
Superior	74,8	110,4	100,3	34,1	-9,1
À procura de primeiro emprego	39,5	46,2	41,6	5,3	-9,9
À procura de novo emprego	308,5	327,0	318,5	3,2	-2,6
Desempregado há menos 12 meses (curta duração)	218,1	244,1	239,1	9,6	-2,0
Desempregado há 12 e mais meses (longa duração)	129,9	129,1	121,0	-6,9	-6,3
Taxa de desemprego (%)	6,8	7,3	7,1		
Homens	6,3	7,1	6,9		
Mulheres	7,4	7,5	7,4		
Jovens (dos 16 aos 24 anos)	19,7	24,3	24,1		
Longa duração	2,6	2,5	2,4		
População inativa	5 191,9	5 201,5	5 235,8	0,8	0,7
População inativa (16 e mais anos)	3 696,9	3 702,1	3 752,9	1,5	1,4
Homens	1 534,4	1 528,5	1 552,6	1,2	1,6
Mulheres	2 162,5	2 173,6	2 200,3	1,7	1,2
Dos 16 aos 24 anos	632,6	657,7	684,7	8,2	4,1
Dos 25 aos 34 anos	110,0	100,1	138,0	25,4	37,8
Dos 35 aos 44 anos	119,2	118,9	122,6	2,8	3,1
Dos 45 aos 54 anos	187,3	173,9	177,6	-5,2	2,1
Dos 55 aos 64 anos	531,1	504,9	501,4	-5,6	-0,7
Dos 65 aos 89 anos	2 040,5	2 063,8	2 025,2	-0,8	-1,9
Estudante (dos 16 aos 89 anos)	709,1	689,6	739,9	4,3	7,3
Doméstico (dos 16 aos 89 anos)	340,8	348,2	343,9	0,9	-1,2
Reformado (dos 16 aos 89 anos)	1 761,8	1 827,5	2 032,0	15,3	11,2
Outro inativo (16 e mais anos)	885,2	836,8	637,1	-28,0	-23,9
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	21,2	21,5	29,9	40,9	38,8
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	165,4	192,0	212,2	28,2	10,5
Taxa de inatividade (16 e mais anos) (%)	42,1	42,0	42,7		
Homens	37,5	37,4	37,9		
Mulheres	46,0	46,0	46,8		

Fonte: INE (2021). Inquérito ao Emprego.

Tabela 2 – Principais indicadores da população desempregada e inativa

No quadro referente à 2020 observa-se que 11,6% (255,2 mil) dos jovens portugueses dos 15 aos 34 anos não estavam empregados nem estavam a estudar ou em formação, uma percentagem que aumentou 45,1 mil, em relação a 2019.

No que diz ao desemprego em geral, são 24,3% dos jovens, tendo diminuído 2,5 p.p. relativamente ao mês anterior, uma leve oscilação, mas que voltaria a aumentar em 2021.

No quadro abaixo, observa-se os dados do mês de agosto de 2021, percebendo um aumento na taxa de desemprego de jovens (16 a 24 anos) de 4,4 p.p., buscando analisar o período pós pandemia:

	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Ago 2021	Mai 2022	Jun 2022	Jul 2022	Ago 2022 (p)	Ago 2021	Mai 2022	Jun 2022	Jul 2022	Ago 2022 (p)
	Milhares de pessoas									
População ativa	5 161,2	5 182,2	5 179,3	5 189,9	5 196,9	5 167,0	5 171,6	5 179,4	5 194,1	5 204,4
Homens	2 584,7	2 581,4	2 578,7	2 581,4	2 596,2	2 588,7	2 575,2	2 579,4	2 584,8	2 601,4
Mulheres	2 576,5	2 600,8	2 600,6	2 608,5	2 600,8	2 578,3	2 596,5	2 600,0	2 609,3	2 603,0
Jovens (16 a 24 anos)	326,8	327,6	320,4	328,0	339,4	337,3	317,1	317,1	332,7	351,6
Adultos (25 a 74 anos)	4 834,4	4 854,6	4 858,9	4 861,9	4 857,5	4 829,6	4 854,5	4 862,3	4 861,3	4 852,7
	%									
Taxa de atividade	67,2	67,6	67,6	67,7	67,9	67,3	67,5	67,6	67,8	68,0
Homens	70,5	70,7	70,6	70,7	71,1	70,6	70,5	70,7	70,8	71,3
Mulheres	64,2	64,9	64,9	65,1	64,9	64,3	64,8	64,8	65,1	64,9
Jovens (16 a 24 anos)	32,9	33,2	32,5	33,3	34,5	34,0	32,2	32,2	33,8	35,8
Adultos (25 a 74 anos)	72,3	72,7	72,8	72,8	72,8	72,2	72,7	72,8	72,8	72,7

Fonte: INE (2022, agosto). Inquérito ao Emprego.

Tabela 3 – População ativa e taxa de atividade por sexo e grupo etário (16 e 74 anos), de agosto de 2021 a agosto de 2022

Mesmo com menor oscilação nos valores entre 2021 e 2022, podemos observar que a recuperação do mercado de trabalho pós pandemia continua fraca, e as taxas aumentaram a cerca de 11% ao mês, decorrendo até fim de 2022, como podemos observar no quadro abaixo, o qual se referente ao período de novembro de 2021 a novembro de 2022:

Quadro 1: População ativa e taxa de atividade por sexo e grupo etário (16 a 74 anos)

	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Nov 2021	Ago 2022	Set 2022	Out 2022	Nov 2022 (p)	Nov 2021	Ago 2022	Set 2022	Out 2022	Nov 2022 (p)
	Milhares de pessoas									
População ativa	5 171,8	5 194,1	5 198,1	5 200,2	5 198,4	5 184,1	5 204,6	5 212,1	5 215,8	5 209,1
Homens	2 597,1	2 595,4	2 602,6	2 601,7	2 599,0	2 606,1	2 603,6	2 613,8	2 610,7	2 606,4
Mulheres	2 574,7	2 598,7	2 595,5	2 598,5	2 599,4	2 578,0	2 601,0	2 598,4	2 605,1	2 602,7
Jovens (16 a 24 anos)	324,3	338,5	347,8	351,2	358,7	327,5	350,0	358,1	358,8	361,9
Adultos (25 a 74 anos)	4 847,5	4 855,6	4 850,3	4 849,0	4 839,7	4 856,6	4 854,6	4 854,1	4 856,9	4 847,2
	%									
Taxa de atividade	67,3	67,8	67,9	67,9	67,9	67,5	68,0	68,1	68,1	68,0
Homens	70,7	71,1	71,3	71,3	71,2	71,0	71,3	71,6	71,5	71,4
Mulheres	64,1	64,8	64,8	64,8	64,8	64,2	64,9	64,8	65,0	64,9
Jovens (16 a 24 anos)	32,6	34,4	35,4	35,8	36,5	32,9	35,6	36,4	36,5	36,9
Adultos (25 a 74 anos)	72,4	72,7	72,7	72,6	72,5	72,6	72,7	72,7	72,8	72,6

Fonte: INE (2022, novembro). Inquérito ao Emprego.

Tabela 4 – População ativa e taxa de atividade por sexo e grupo etário (16 e 74 anos), de novembro de 2021 a novembro de 2022

Com as subidas nas taxas de desemprego jovem, com valores ascendentes com o momento de pandemia (Covid-19), apresenta-se ainda mais necessária a intervenção de políticas públicas e da proteção do futuro destes jovens. No próximo tópico, apresenta-se uma abordagem relativamente às políticas públicas de emprego jovem em Portugal e uma proposta reflexão sobre quais as medidas e quais as respostas que têm sido tomadas devido às elevadas taxas de desemprego no país lusitano.

2. Políticas de emprego para jovens em Portugal

O desemprego jovem já era uma preocupação dos Estados europeus no início dos anos 90 e, por isso, houve de início a criação de um grupo de trabalho contendo os sete estados-membros da União Europeia (UE), criando a comissão Eurostat, uma estratégia para promoção do emprego. Nesse seguimento, o Conselho da União Europeia criou políticas de emprego para os desempregados, os quais haviam sido inseridos nos serviços públicos de emprego. No início dos anos 2000, os dados relativos ao desemprego já estavam sendo utilizados e compilados para a criação de Políticas de Emprego (PE).

Vilas (2013) ainda destaca que, inicialmente, identifica que o Estado teve uma maior premissa no combate ao analfabetismo, incentivando o aumento no nível de escolarização portuguesa, visando ultrapassar a defasagem educacional de Portugal em comparação com a UE, tornando-a menos expressiva.

Nesse sentido, foram criadas metodologias para o desenvolvimento de qualificações profissionais e de incentivos à criação de emprego no país, porém, ainda não impactariam de forma imediata frente à aceleração do desemprego.

No decorrer do aumento exponencial do desemprego jovem no país, nota-se que o processo do desenvolvimento das políticas sociais e gerais são criadas de maneira compensatória, conciliando a esfera privada às políticas macroeconómicas, buscando o crescimento económico juntamente com a diminuição das designadas desigualdades.

No caso português, o Estado apresenta uma relação “universalista”, um modelo instrumental e seletivo, respondendo às solicitações imediatas da população, criando um processo descontínuo e fragmentado, e apresentando uma escassez de recursos públicos (Vilas, 2013).

No referente aos anos 2000-2011, alguns dos programas criados, obtiveram uma significativa importância no enfrentamento ao desemprego jovem, incluindo os Centros de Reabilitação Profissional, juntamente com a gestão direta e participativa dos Serviços de Coordenação Regional e de Serviços Centrais. Neste período, foi essencial a criação do Contrato Emprego Inserção (CEI e CEI+) e os Estágios Profissionais nos Programas de Emprego. Dados coletados por Vilas (2013), demonstram que cerca de 21,5% dos jovens com menos de 25 anos foram abrangidos por meio destes programas. As políticas de emprego eram formadas

por quatro principais áreas, sendo estas: a formação, o apoio à criação de emprego, o emprego subsidiado no setor público e os serviços públicos de emprego.

Neste mesmo período, o país aplicou mais de dois mil milhões de euros, investimento apenso e necessário para recuperar o atraso estrutural, inclusive nas habilitações literárias dos jovens portugueses. Ainda assim, o maior gasto financeiro foram os estágios (cerca de 36%) e os Apoios ao Empreendedorismo (31%), dados coletados em 2011 e analisados por Vilas (2013).

Em junho de 2011, o país passava pela crise da bolha imobiliária e o único programa criado neste período foi o chamado “impulso jovem”, voltado ao apoio de contratação de jovens com o objetivo de melhorar o perfil de empregabilidade no país e desenvolver conhecimento e competências em novas áreas de emprego. Este programa envolvia três eixos principais, chamados de: Passaporte emprego que “visa o desenvolvimento de projetos integrados constituídos por um estágio profissional, acompanhado de formação, e seguido pelo apoio à contratação sem termo por conta de outrem” (IEFP, 2013, p. 5), estágios com duração de até doze meses, apoio à contratação e empreendedorismo e apoios de investimento. Porém, este programa teve pouca divulgação e, desde 2013, vem sendo discutido no Parlamento português a sua ampliação, visando a inserção de pelo menos mais noventa mil jovens.

Apesar de algumas criações de projetos e programas de emprego jovem no país, ainda falta o acompanhamento e melhoria dos programas existentes e, sobretudo, apresenta-se notório a falta de incentivos à participação dos jovens no caminho político, na tomada de voz e decisão e uma maior visibilidade do governo perante as suas necessidades, o que tem enfraquecido ainda mais o olhar sob as políticas de emprego jovem.

Os jovens têm demonstrado descontentamento frente aos elevados números de desemprego e da precariedade. Apesar da manifestação ocorrida em 12 de março de 2011, chamada de “geração à rasca”, a luta ainda continua contra um sistema que não valoriza as necessidades profissionais da nova geração. Apesar da média de escolaridade em Portugal ter subido muito ao passar dos anos, a precariedade e a instabilidade de emprego no país foi alarmante (Vilas, 2013).

Devido à flexibilização do emprego em toda a semiperiferia europeia, que visa reduzir os custos de trabalho, intensificaram-se ainda mais as diferenças de rendimento dos trabalhadores, em todos os casos contratuais, ou seja, contrato perante, não perante e temporário. Depois da crise de 2008, as políticas neoliberais favoreceram ainda mais o

empobrecimento da “classe média”, incluindo jovens adultos à precariedade salarial até os dias de hoje. Vila (2013) ainda ressalta que os jovens de hoje, nesta situação de precariedade de emprego, estão com expectativas frustradas, não possuem autonomia financeira e sentem-se longe de alcançar. Não têm perspectiva de sair da casa dos pais, nem de construir a sua própria família. Por isso, quando mencionada a política jovem de emprego, é de lembrar a constância entre as faces do capitalismo e do bem-estar social, da sociedade do medo, da insegurança e da instabilidade. Políticas que não protegem nem asseguram os jovens, os seus desejos e anseios pela inserção no mundo do trabalho, estão excluídos e são estes os frutos de um sistema em crise, estimulador de um horizonte com valores-fetiches quase impossíveis de alcançar, segundo a opinião do mesmo autor.

Ainda assim, o enfraquecimento dos sindicatos e de poder de voz e negociação dos trabalhadores contribui uma perda de direitos e de protagonismo social, fazendo com que as pessoas mudem de emprego constantemente, não tendo consciência de classe social, alienando-os em espaços de trabalho não negociáveis juntamente com o medo do despedimento e o regresso ao desemprego. Portando, vê-se uma constante preocupação dos jovens com questões imediatas e que acabam por afastá-los dos meios sociais de defesa de direitos e os sindicatos encontram-se enfraquecidos, não conseguindo dar resoluções aos profissionais, especialmente àqueles que têm contratos temporários ou fazem parte de uma categoria profissional qualificada e atual – tenha-se presente que poucas categorias profissionais, em especial as mais atuais (algumas designadas mesmo de *novas profissões*), possuem ou formam sindicatos para lutarem por mais direitos.

Em suma, as políticas de emprego jovem não parecem estar alinhadas às necessidades atuais da nova geração, não correspondendo às suas expectativas frente ao mundo do trabalho. Por isso, é sobretudo necessário rever as políticas e procurar ouvir as necessidades dos jovens, estimulá-los ao poder de voz e de decisão política, superando a manipulação que os desvincula da liberdade, levando a uma trajetória cheia de incertezas e frustrações. Os jovens da presente geração devem ser chamados a uma cidadania ativa e interventiva.

CAPÍTULO III – Mercado de Trabalho e Globalização

1. Mercado de trabalho e o mundo globalizado: as novas exigências do mundo do trabalho para os jovens

Atualmente a sociedade vive em um modo de organização globalizado, caracterizado por constantes evoluções e alterações económicas, sociais e políticas. A globalização evidencia um lado essencialmente individualista e competitivo da sociedade, impactando sobre o mercado de trabalho, visando o crescimento da economia e o avanço potencial da tecnologia em todos os âmbitos sociais.

Como visto anteriormente, o mercado de trabalho ainda é considerado um desenvolvimento básico do ser humano, que envolve o esforço do trabalho remunerado, integrando o indivíduo em sociedade. Com a chegada da globalização, as alterações e os impactos no mercado de trabalho e a sua organização, foram profundas, iniciando-se a crise atual de emprego que se vivencia.

Mesuras (2009) reflete que, em meados do século XX, o trabalho era considerado a partir de uma duração determinada, em contrato, em determinado horário, completo e regulado. Existia a contratação coletiva, a progressão da carreira profissional, por exemplo. Porém isso viria a mudar, transformando-se numa nova cultura de emprego e de trabalho.

O progresso da globalização trouxe ao mercado de trabalho e ao mundo laboral a modernização e este processo acabou por impactar nos jovens e na sua transição à vida adulta. Guerreiro & Abrantes (2004) entendem que com a passagem da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento, impacta justamente nas novas gerações de diplomados, e essa nova trajetória tende a se tornar uma espécie de “yo-yo”, da escola para o trabalho, de períodos de desemprego, emprego precário e formação.

O processo de massificação do ensino superior nas últimas décadas tem desenvolvido alterações no mercado atual de trabalho, onde os subempregos estão a ser preenchidos por indivíduos licenciados, causando descontentamento por não exercerem e praticarem as suas habilitações de formação, trazendo sentimentos de frustração e desmotivação. Essa situação cada vez mais explícita ocorre devido à massa de licenciados no mercado laboral, que não estava preparado para absorver toda essa mão de obra qualificada. Igualmente no estudo apresentado por Nora (2018) se constata esta mesma dificuldade de construção de uma identidade socioprofissional que responda às expectativas dos recém-licenciados e, em

simultâneo, do mercado de trabalho, identificando-se um período cada vez mais dilatado entre a conclusão dos seus estudos e a estabilidade profissional e económica.

Mesuras (2009) ainda ressalta que além do desequilíbrio entre a formação de mão de obra qualificada e a criação de novos postos de trabalho, ainda existe a incerteza que a globalização trouxe. Facto é que as instituições não proporcionam mais um sentimento de segurança, valores e princípios, que oferecia um sistema consolidado e com referências. Estas instituições estão em mutação constante e algumas vão desaparecendo com o tempo.

Vivemos em um mundo manipulado, desde o desemprego e a precariedade, a competitividade e o sentimento de insegurança e de exclusão, num encaminhamento para um novo ciclo do capitalismo tardio. Uma sociedade do risco, do medo, de onde não sabemos como agir, qual é o “terreno seguro” (Mesuras, 2009, p. 27) e por quem poderemos ser ouvidos, exigindo cada vez mais habilidades de adaptação.

As mudanças causadas, também devido ao Neoliberalismo e à reestruturação dos meios de produção, levam ao desemprego elevado, à precarização do trabalho, ao desequilíbrio do homem e da natureza em escala global. Um novo sistema que não responde às necessidades sociais, que enfatiza a sociedade dos excluídos e precarizados. Com isso, ainda arruína os direitos sociais, valorizando o capital e as relações individualistas.

A autora Marques (2009) em suas reflexões sobre a transformação do mercado de trabalho para os jovens, destaca que o mercado atual necessita de jovens qualificados e inovadores, que estimulem o crescimento das empresas, principalmente nas áreas da comunicação e da tecnologia. Atualmente, vivenciamos a mudança do mercado de trabalho para uma versão mais “flexível”, uma crescente aprovação por ritmos sociais e dimensões extraprofissionais. As horas de trabalho flexíveis e instáveis demonstram um tempo de trabalho descontínuo e que podem causar desestabilização profissional na vida dos jovens.

Marques (2009) ainda destaca a dimensão contratual atual, sendo diversificada, contrato de termo certo ou incerto, temporário, prestação de serviços, part-time, trabalhador independente, estagiário, bolsheiro de investigação. Revela que estes vínculos e a sua proliferação traz uma fragmentação estatutária que também faz parte da nova fase de flexibilização laboral, em que as empresas se adaptam ao mercado globalizado e competitivo da economia.

Para tanto, o processo multidimensional (sendo: formativo, profissional e geracional e da inserção profissional) alavanca o desenvolvimento do jovem na busca do seu “projeto profissional” e o desafia para a procura da empregabilidade permanente. Com isso, segundo a mesma autora, o Ensino Superior tem se adaptado às novas mudanças, construindo um sistema de ensino mais aproximado com a tendência empresarial, renovando os seus planos

curriculares, antecipando novos saberes e competências aos futuros trabalhadores. Entretanto, identifica-se que diante das transformações educacionais também crescem os critérios de recrutamento e seleção das competências do trabalhador, sendo este um processo mais rigoroso, competitivo e controlado.

Segundo Marques (2009) a dinâmica do mercado de trabalho de cada país depende de vários agentes e da(s) sua(s) capacidade(s) de impulsionar o acesso ao emprego: O Estado e a definição das políticas públicas em conformidade com o desenvolvimento entre sociedade, empresas e universidade, promovendo a cultura da inovação e da cidadania.

Um dos desafios citados pela autora advém da regressão do Estado e avanço da privatização dos serviços e empresas, alavancando a competitividade, a flexibilização e individualização no trabalho. Esta transformação que vem ocorrendo nos últimos tempos tem evidenciado novos simbolismos do mercado de trabalho: 1. Cultura do Risco (instabilidade, competitividade e substituição); 2. Espírito do capitalismo (flexibilidade laboral e multiactividades); 3. Flexibilidade de gestão (instabilidade e “jogo de cintura”); 4. Flexibilidade de horário, salário e vínculo empregatício (Marques, 2009).

Por isso, as novas transformações sociais vivenciadas no mercado de trabalho exigem dos jovens dinamismo, competências e confiança. É necessário que exista uma estimulação desde o Ensino Superior, procurando prepará-los para a instabilidade e exigências atuais, seja no sentido preparatório, quanto sentido reflexivo, de questionar e agir sob o novo sentido social e ditatório, que o mercado de trabalho caminha no sentido de uma procura de mudanças, de melhorias e de um novo sentido profissional.

2. Educação, liberdade e o mundo do trabalho

Segundo ideias de Paro (1999), o trabalho é uma forma em que o ser humano deixa a sua marca histórica e a sua centralidade na sociedade. Esta forma surgiu a partir da realização do bem viver, ou seja, usufruir das oportunidades que o trabalho traz à vida. Ainda assim, para gozar das vantagens do trabalho, o trabalhador tem de se submeter às regras ditadas pelo capital e proprietário do capital. O autor destaca que as potencialidades do trabalho, mesmo inserido no meio de produção do capital, passa a ser visto como criador de bens e de serviços, os quais podem possibilitar a emancipação humana.

Paro (1999) reflete que a crença nas escolas por muito tempo foi a preocupação de se submeter à um status económico, pois só assim seriam alvo de valorização nacional. Entretanto, o autor frisa que a escola deve ser vista como um atualizador cultural e social das novas gerações, bem como objeto de consumo e direito, património construído pela

humanidade, levantada por trabalhadores de gerações passadas, buscando melhor inserção e crescimento no mercado de trabalho, por tal, educação e trabalho encontram-se diretamente conectadas.

A educação tem contribuído para o mercado de trabalho, formando profissionais para assumirem funções no sistema produtivo, mas o seu maior erro é quando deixa de lado as contribuições sociais e o saber crítico, principalmente no que se refere às alienações do capital. Por isso, Paro (1999) ressalta a importância da formação de cidadãos capazes de participar politicamente, “usufruindo daquilo que o homem histórico produziu, mas ao mesmo tempo dando sua contribuição criadora e transformando a sociedade. Só assim a escola estará participando de forma efetiva como elemento da necessária *reforma intelectual e moral*” (p. 12). Este autor ainda destaca a temática da democracia nas escolas, vista como um valor da história do homem e que deve ser repassada a todas as novas gerações, buscando a superação das injustiças sociais.

Para Lopes (2007) a formação do Ensino Superior é muitas vezes desalinhada com o mercado de trabalho, porque o acesso ao ensino é visto como certeza de empregabilidade ao invés de aquisição de conhecimentos. Desde os anos noventa, notou-se um grande incentivo para acesso ao ES, transformando também a mão-de-obra e o mercado de trabalho, antes marcadas por profissões de longo prazo e empregos duradouros. Com o passar dos tempos, notou-se a insegurança e a instabilidade dos projetos de vida dos jovens. Para tanto, a formação profissional foi estimulada para evitar o abandono escolar e qualificar a mão-de-obra. Ambos os ensinos (regular e profissional), destaca Lopes (2007), são respostas às crescentes exigências do mercado de trabalho, da competitividade e da inovação, que necessita de novas competências e conhecimentos. Sendo este um processo ainda atual, podemos notar que a formação profissional também implica um desenvolvimento complexo de reconstrução profissional e atualização organizacional do trabalho.

Apesar do incentivo ao acesso à educação superior, os jovens ainda têm as suas expectativas frustradas, estes constantemente reformulam os seus projetos de vida, assumindo também possibilidades de realizarem outros cursos complementares para a adequação ao mercado de trabalho, o retardamento da constituição familiar atual, aceitação de situações empregatícias precárias para aquisição de experiência e até migração para outras cidades ou países (Lopes, 2007). As mudanças biopsicossociais da juventude, a busca pela participação social e a consciência do seu papel social são desafios vivenciados pelos estudantes, além da formação de um perfil profissional e da construção da estabilidade financeira. A principal questão que vem à tona é: “Como a educação pode fazer parte deste processo e melhorar as perspectivas de inserção profissional deste jovem?”, a transformação da

educação só será possível quando desconstruída como um produto, serviço e mercadoria, e não controlada para dar respostas ao capital. Para dar resposta a esta questão, seria necessário que a educação transmitisse valores como: capacidade inovadora, criatividade, integração e solidariedade, rompendo com padrões mercadológicos e evidenciando um papel construtivo de liberdade e cidadania (Oliveira e Almeida, 2009).

O desenvolvimento e incentivo do papel ativo da cidadania e da participação ativa torna-se ainda mais necessário nos tempos atuais. É diante desta que podemos vivenciar as transformações sociais e lutar contra às precariedades laborais do mundo moderno. Educação e liberdade são essenciais para a construção do senso crítico e do rompimento das amarras capitalistas, buscando a justiça social e a igualdade. Afirma Ribeiro (2003) que

(...) A cidadania é mais do que receber uma educação moderna, é o direito de desempenhar um papel ativo no mercado e no processo político e exige uma certa posição econômica e social, que o Neoliberalismo e, por extensão, a Globalização tornam impossível, já que a proposta para a transformação da economia não se fez e não se faz com equidade. (p. 229)

Segundo Oliveira e Almeida (2009), é necessário enxergar todo o sistema de comunicação dominante, as propostas políticas e as relações de trabalho, o sistema econômico em geral, ou seja, um olhar sob toda a conjuntura atual, neoliberal, sendo necessário ver os “incómodos atuais” (p. 161). É preciso valorizar as relações sociais, onde ocorre a construção do conhecimento crítico e da interação com o mundo: discutir, analisar, refletir e descobrir, transmitindo o saber sobre o mundo trabalho, mas também um saber social. Por isso, importa estimular a educação para a transformação social, para um olhar além da inserção do trabalho, mas também do senso político, do ser cidadão, da democracia e participação social. A educação tem o poder de transformar os que lá estão, para que saiam com olhares mais críticos e questionadores do mundo moderno, das políticas impostas e injustiças sociais.

Parte II - Enquadramento metodológico

CAPÍTULO IV – Investigação empírica

1. Questão-problema e objetivos

Esta investigação tem como objetivo recolher dados de estudantes inscritos no último ano de Mestrado das várias Unidades Orgânicas de uma Instituição de Ensino Superior, localizada no norte de Portugal; igualmente, perceber os desafios do mercado de trabalho atual e identificar quais as dificuldades vivenciadas pelos estudantes do Ensino Superior, bem como, a sua capacidade de adaptação às novas exigências do mercado de trabalho português. Visou, também, recolher informações sobre as experiências individuais destes estudantes e suas perceções quanto ao que poderia melhor prepará-los para o mercado de trabalho desde o Ensino Superior. Sendo assim, é importante revelar que este estudo também propõe identificar potencialidades e estratégias de atuação do Educador Social no âmbito do Ensino Superior. Diante dos resultados, espera-se refletir sobre uma área de intervenção do Educador Social ainda pouco desenvolvida, podendo, assim, ampliar o olhar profissional sobre as questões sociais da atualidade.

A questão problema para iniciar a partida deste tema foi: “Como pode o Educador Social contribuir para uma melhor preparação dos estudantes do ensino superior para os desafios do mercado de trabalho atual?”

Gil (2010), indica que a questão problema surge através do estudo de literatura existente sobre o tema e através do contacto com pessoas que possuem experiências práticas no campo de estudo; ainda sim, a formulação do problema em forma pergunta facilita a acessibilidade de consulta da pesquisa. Ainda sim, o problema deve ser claro e preciso, suscetível de solução e exequível.

A presente pesquisa teve como objetivos: (1) Analisar as dificuldades atuais dos estudantes do Ensino Superior em relação à sua inserção no mercado de trabalho português; (2) Reconhecer o perfil de proatividade do estudante/futuro profissional; (3) Identificar estratégias que poderiam ser aplicadas na Instituição de Ensino Superior para melhor preparar os estudantes para o mercado de trabalho atual; e (4) Refletir sobre o papel do Educador Social e a sua atuação perante o desemprego jovem em Portugal.

Para a compreensão das experiências estudantis e do mercado de trabalho dos estudantes e dos recém-formados, utilizou-se o paradigma de investigação-ação, de carácter interpretativo, bem como recursos e instrumentos de recolha de dados do tipo qualitativo. Esta opção apresenta-se útil na abordagem de contextos dinâmicos e complexos, permitindo

aproximações de um retrato mais fiel da realidade. O desenvolvimento da pesquisa, de modo flexível e aberto, permite admitir novas conceptualizações aumentando progressivamente a compreensão do real (Silva, 2013).

2. Metodologia de investigação e técnica de recolha de dados

Quanto à recolha de dados, foi utilizado o instrumento de inquérito por questionário, via *Google forms*, aplicado online, de forma a melhor facilitar o acesso aos estudantes. Dirigido o pedido a Comissão de Ética da Instituição de Ensino Superior, perante a sua autorização (Anexo 1) para aplicação do mencionado instrumento, foram contactados dentro da nossa esfera de contactos pessoais diversos estudantes, obtendo um grupo de participantes que não sendo um número expressivo, considerou-se suficiente para análise.

O elaborado instrumento, entre questões abertas e fechadas, visou a obtenção de dados mais profundos sobre as experiências estudantis dos participantes. O questionário é aplicado a um conjunto de indivíduos (inquiridos), onde pretende-se recolher informações para analisar, interpretar e retirar conclusões, tendo em vista responder aos objetivos da investigação (Santos & Henriques, 2021).

Assim, o inquérito por questionário foi desenvolvido para melhor perceber e identificar as dificuldades dos estudantes quanto ao mercado de trabalho atual e o que poderia ser melhorado e/ou implementado durante a sua trajetória no Ensino Superior, para melhor prepará-lo(s) nesse percurso.

Ressalta-se que a pesquisa segue os pressupostos das normas éticas propostas pela American Psychological Association (APA) da investigação com seres humanos, foi tida em conta a obtenção do consentimento livre dos sujeitos, informar o sujeito, usar os dados de acordo com o previsto, foi assegurado o anonimato, como foi mencionado, evitar causar danos aos sujeitos, assegurar a qualidade científica. A palavra ética, de origem de “ethos” (grego), significa “modo de ser”. Pode ser elucidada como um conjunto de valores (definidos por princípios, regras ou maneiras) que regulam o comportamento do homem em relação aos outros na sociedade em que vive, de forma a garantir o bem-estar social. “Reconhecer o “Outro”, estabelecer relacionamentos, tomar noção da existência de valores, é próprio da Ética (Hossne, 2003). Ressalva-se que este instrumento se inicia pelo Termo de consentimento informado não assinado (Anexo 2).

Portanto, foram proporcionados todos os mecanismos éticos para ter o consentimento do sujeito e o mesmo participar livre e voluntariamente, fazendo com que a recolha dos dados seja a mais fidedigna possível.

3. Caracterização do grupo de participantes

A presente pesquisa contou com o total de quinze participantes, sendo estes de idades compreendidas entre 21 e 55 anos. Quando ao género, 53,3% identificaram-se como masculino e 46,7% como feminino.

Quanto à nacionalidade dos estudantes, 73,3% identificaram-se como brasileiros, 20% portugueses e 6,7% guineenses. 73,3% responderam sobre a sua naturalidade, como: Brasil, sendo que quatro pessoas identificaram-se como originários de: Bahia, Campinas – São Paulo, Maranhão e Rio de Janeiro; os restantes 6,7% de Guiné-Bissau, 6,7% de Viana do Castelo e 13,3% de Bragança.

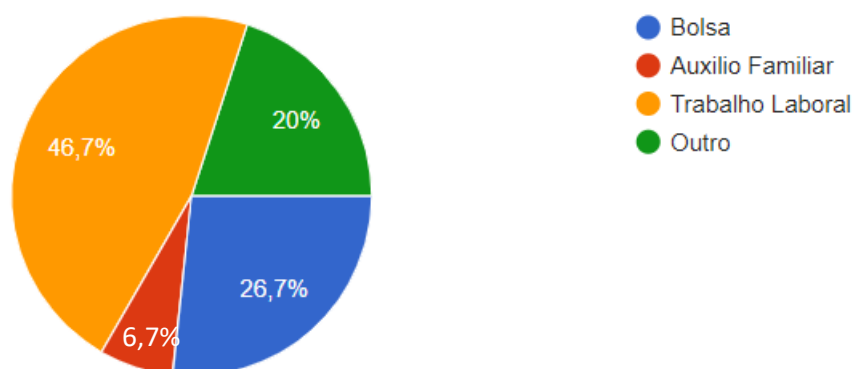
Cruz et. al (2013) ressalta em seus estudos que Portugal possui uma diversidade de comunidades imigrantes, sendo grande parte advinda da África, América, Ásia e Europa. Os imigrantes em sua maioria apresentam idade ativa e buscam desenvolver a sua vida profissional e até mesmo em aspeto familiar em Portugal. Ainda assim, verifica que grande parte dos imigrantes são, em sua maioria, do Brasil que vem ganhando força desde os anos 80. Tais como os oriundos do PALOP, ambos foram atraídos pela vantagem da língua em comum facilitando a integração cultural e social, além da localização geográfica do país, que também soma no valor dos diplomas fazendo com que Portugal seja ainda mais atrativo.

No que toca à formação inicial do estudante, dois estudantes responderam ter formação na área da “Agronomia”, três estudantes em “Engenharia da computação”, dois estudantes em “Serviço Social”, dois estudantes em “Educação Social”, dois estudantes responderam “Engenharia Mecânica”, dois estudantes responderam “Ciências Biológicas,” um estudante “Nutrição” e um dos participantes não quis responder. Destes, 53,3% não frequentam a mesma instituição de formação inicial e 46,7% são da mesma instituição de formação inicial.

3.1. Realidade socioeconómica do estudante

Quanto à análise socioeconómica dos estudantes, 46,7% respondeu que a sua renda mensal varia entre 900-1000 euros por mês. Outros 26,7% responderam de 760 a 850 euros por mês. 20% da amostra respondeu que recebe de 251 a 450 euros por mês e 6,6% respondeu que recebe de 451 a 650 euros por mês.

Quanto ao rendimento do estudante, fora questionado de que forma este recebe a sua renda mensal para o pagamento das propinas. A maioria dos estudantes, sendo 46,7% responderam que sua renda mensal advém a partir de “trabalho laboral”, 26,7% responderam “bolsa de estudos”, 20% responderam outros, os quais identificam como trabalho laboral em período de férias e “renda vinda do Brasil” e apenas 6,6% respondeu “auxílio familiar”. Como demonstra o gráfico abaixo:



Fonte: *Google Forms*. Inquérito por questionário

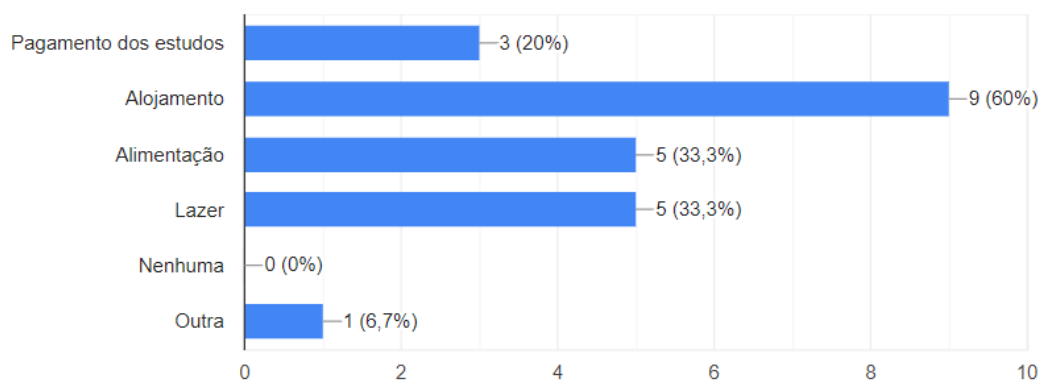
Gráfico 1 – Distribuição percentual da atual proveniência de rendimento dos jovens

Pesquisas realizadas sob a mesma temática, identificam que apesar do desafio de conciliar os estudos com o trabalho, estar trabalhando ao longo do curso pode motivar e trazer desejos para a construção de competências individuais, ainda assim, incentiva e melhora o desenvolvimento do caminho para a vida adulta, principalmente no que toca às necessidades financeiras e planeamento. Além disso, envolve que o estudante tenha maior sentido de adaptação, dinamismo e motivação, cuja experiências e competências complementam a sua formação académica (Souza, 2017).

Mesmo a maioria identificando-se como estudante-trabalhador, 57,1% responderam que não possuem o Estatuto Trabalhador-Estudante e 42,9% possuem o estatuto.

O Estatuto do Trabalhador-estudante foi implementado em 12 de fevereiro de 2009, sob a Lei nº 7/2009, tornando efetivo os direitos e deveres de quem assume o estatuto do trabalhador-estudante. Estudos realizados por Pirrolas (2017) refletem que a situação do estudante-trabalhador tem sido pouco apreciada pela comunidade científica portuguesa, já que esta situação se espelha na organização das instituições de ES, na escassez de ofertas em regime pós-laboral e pouca informação repassada sobre o próprio estatuto. Entretanto, se apresenta necessária a divulgação e acesso ao estatuto, como forma de apoiar e facilitar a permanência do estudante no Ensino Superior.

Quanto às maiores dificuldades económicas encontradas na trajetória estudantil, 60% dos estudantes responderam “alojamento”, posteriormente “alimentação” (33,3%) e “lazer” (33,3), 20% declararam ter dificuldades com “pagamento das propinas” e 6,7% respondeu “falta de opções de trabalho”.



Fonte: *Google Forms*. Inquérito por questionário

Gráfico 2 – Percentagem de dificuldades económicas encontradas pelos estudantes

A crise de alojamento em Portugal está se intensificando, faltam políticas de incentivo à habitação, ao mesmo tempo, que a qualidade das políticas de acesso à rendas juntas, segundo informações publicadas da SIC Notícias, de 25 de agosto de 2023, “No último ano, o preço médio dos quartos para os estudantes em Portugal subiu mais de 10%. Lisboa e Porto são as cidades com o alojamento mais caro para quem frequenta o Ensino Superior.” Com a crise pandémica, o valor dos alimentos subiu pelo menos 33% em Portugal, “quase o dobro da EU”, divulgados pelo Jornal Público em junho de 2023 (Lusa e Público, 2023). Fatos importantes que mesmo por menor que seja a amostra, identifica o quanto a crise se reflete nos estudantes e em sua qualidade de vida

Capítulo V – Apresentação e análise dos resultados

1. Perspetivas do Ensino Superior face ao mercado de trabalho

No segundo bloco do inquérito, pretendeu-se identificar qual o nível de proatividade do Estudante, frente à adaptação ao Ensino Superior e ao mercado de trabalho. Quando perguntado qual a motivação em estar no mestrado, obtivemos respostas como:

“desejo de progredir e necessidade de obtenção de grau que possa ser reconhecido a nível social” (P.1)

“Me especializar em uma área que eu gosto, melhorar meu currículo, além da experiência de estudar em outro país.” (P.2)

“Faço dupla diplomação, o que me permite obter dois diplomas, um de minha instituição de origem e outro da instituição parceira no exterior. Isso amplia minhas perspectivas de carreira, pois tenho acesso a redes de contatos internacionais, oportunidades de estágio e possíveis empregadores em diferentes países europeus. Através dessa experiência, posso desenvolver uma compreensão mais profunda de diferentes culturas, idiomas e práticas acadêmicas, o que certamente me tornará mais adaptável e versátil em um mercado de trabalho globalizado.” (P.3)

“Aprofundar os meus conhecimentos, estudar uma área que gosto muito que é a social. Ter um maior aporte profissional para trabalhar na área de educação como professora”. (P.4)

Outros estudantes também responderam: “Destaque no mercado de trabalho” (P.5), “Especialização” (P.6), “Oportunidade de intercâmbio” (P.7), “Enriquecimento curricular e pessoal desenvolvimento profissional” (P.8) e “Continuação da vida acadêmica” (P.9).

Alves (2015) avalia que os estudantes, em sua maioria os estudantes internacionais, demonstram prestígio para com a acessibilidade do ensino académico em Portugal. Tem se tornado um passaporte de mobilidade ascendente, os quais têm os diplomas valorizados e qualificados nos países de origem. Além disso, a especialização e a dupla diplomação têm sido uma estratégia geral de investimento e reconhecimento internacional para todos os estudantes, que pode promover melhorias na condição socioeconómica futura do jovem e, por isso, positivamente valorizada e cheia de anseios, crescimento profissional e social. Não

obstante, a valorização do “estar em meio acadêmico” para muitos jovens revela oportunidades profissionais diversificadas.

Por isso, estes resultados demonstram que a Educação, como já mencionado anteriormente, continua sendo vista como sinônimo de crescimento social e profissional além do reconhecimento para o mercado de trabalho. Também é importante frisar que fora reconhecida a necessidade de uma educação ao longo da vida, buscando a atualização da profissão para o mercado de trabalho.

Quanto à pergunta “Alguma vez pensou em desistir do curso de mestrado ou mudar de área? Porquê?”, 53,3% responderam “não” e afirmam:

“[...] o mestrado sempre foi um sonho para mim, ainda mais fora do Brasil. Então, vi isso como uma oportunidade única.” (P.1)

“Estou contente com a minha profissão e nunca pensei em sair” (P.2)

“Durante minha estadia em Portugal, nenhum motivo me levou a querer desistir da realização do mestrado” (P.3)

Outros ainda responderam: “Gosto do curso” (P.4), “[...] é uma área com muitas oportunidades e que eu gosto bastante” (P.5).

Segundo Alves (2015), para os estudantes internacionais o empenho curricular é ainda maior, pois existe um desejo de reconhecimento a nível internacional, mesmo pelo país de origem e a busca pela ascensão profissional. Muitos também reconhecem Portugal pela qualidade de ensino, seu prestígio e relação com os outros países, oferecendo-lhes possibilidades de qualificação de diploma de forma acessível. Para estes estudantes, vemos que existe uma valorização da educação e seu acesso ao ensino superior como conquista, assim como apressa pelo caminho percorrido e gosto pela profissão, especialmente por aprender e se tornar qualificado.

O Ensino Superior tem demonstrado a circulação do conhecimento e de pessoas, possibilitando uma sociedade globalizada e multicultural, qualificada e especializada. Portugal parece acompanhar o processo de internacionalização do ES, desenvolvendo estratégias nacionais, de acessibilidade, acordos internacionais e programas de intercâmbio e mobilidade, reconhecendo o país com fonte de qualificação profissional (Alves, 2015).

Já 46,7% dos estudantes afirmaram já ter pensado em desistir de cursar o mestrado ou mudar de área. Quando perguntado o porquê, alguns estudantes responderam:

“São muitos os desafios enfrentados por um aluno estrangeiro.” (P.6)

“Dificuldade em conciliar o trabalho com os estudos. O trabalho é essencial para conseguir pagar as propinas, alojamento, alimentação e outras necessidades básicas, mas o trabalho full time não permite uma maior dedicação aos estudos.” (P.7)

“Insegurança no mercado de trabalho” (P.8)

Alguns participantes ainda responderam: “Falta de tempo” (P.10), “Dificuldades” (P.11), e “Mudar de área” (P.12).

Entretanto, também registamos a existência de pontos negativos: o mercado não consegue acompanhar o número de qualificados, ainda existem situações como o preconceito e a xenofobia, instabilidade do mercado de trabalho e a incerteza de uma vida estável. Os autores Costa e Lopes (2008) acrescentam, quando mencionam que o Ensino Superior possui lacunas, como: a qualidade da experiência académica, a orientação para o perfil profissional, a preparação do aluno para com as exigências do curso, a gestão de tempo e direitos trabalhistas para com os estudantes, por exemplo. Os resultados apontaram que existem dificuldades que podem evidenciar, também, o abandono do Ensino Superior, mas que poderiam ser enfrentadas e debatidas na própria instituição.

2. Preparação para o mercado de trabalho no Ensino Superior

Quanto às experiências de estágio durante a licenciatura, alguns estudantes relataram:

“Aqui em Portugal eu participei de dois estágios, um curricular e outro profissional. Em ambos pude ter uma noção do mercado de trabalho em que vou me inserir como também me ajudou a visualizar quais habilidades preciso melhorar.” (P.1)

“No Brasil foi uma experiência muito boa, estagiei em um laboratório com pesquisa e pude aprofundar muito meus conhecimentos, também estagiei como professora e pude estar em campo lecionando, elaborando e aplicando projetos junto aos alunos e tive uma troca de

saberes que foi essencial para meu crescimento profissional, aprimorando e aprendendo cada vez mais.” (P.2)

“Foi muito bom, aprendi bastante coisa, conheci pessoas que me ajudaram bastante. E me identifiquei com a área” (P.3)

Outras respostas como: “Ótima e enriquecedora” (P.4), “Incrível, muito eficaz e rica em aprendizagem prática” (P.5) e “Boa. Realizei estágios em diferentes áreas e aprendi bastante” (P.6).

Os resultados obtidos demonstram que o estágio em suma, trouxe benefícios aos estudantes, como: experiência, adaptação, olhar crítico, identificação do perfil profissional e sentido social e participativo. Estímulos estes que devem ser valorizados, uma vez que educação necessita da práxis. Para Pimenta e Lima (2010), a Práxis é uma fonte essencial para a superação da fragmentação entre teoria e prática. Sendo assim, o estágio não faz apenas parte da Unidade Curricular prática do curso, mas faz parte do impulsionamento para a atitude investigativa, o senso crítico e reflexivo, bem como o desempenho na vida acadêmica para com a sociedade e da construção do perfil profissional.

Na pergunta seguinte, buscou-se compreender a perspectiva do estudante quanto à relação do estágio com seu futuro profissional e se a experiência com o estágio trouxe benefícios. Algumas das respostas foram:

“Sim totalmente, de forma a aprender e vivenciar o ambiente de trabalho enquanto estava a aprender” (P.1)

“Sim, durante o estágio pude ter meu primeiro contato com a experiência profissional, pude aprender e saber em quais pontos poderia melhorar, quais assuntos estudar mais e a perceber qual profissional eu quero me dedicar a ser” (P.2)

“Acredito que sim. Durante esse tempo de estágio tive experiências boas e ruins, que me ajudaram a desenvolver habilidades que são essenciais para o mercado de trabalho (comunicação, gestão de pessoas, conhecimento técnico...)” (P.3)

“Creio que sim, o estágio aproxima muito o estudante do mercado de trabalho, criando contatos profissionais e agregando conhecimento prático que as vezes não é repassado em sala de aula.” (P.4)

“Com certeza, melhorando meu desempenho como profissional da área, por exemplo no desenvolvimento de projetos.” (P.5)

“[...] auxiliará em conhecimentos e metodologias de estudos que antes não conhecia.” (P.6)

“Abrindo portas e aumentando rede de contatos.” (P.7)

“Acredito que abriu muitos horizontes na minha mente” (P.8)

“Muito, pois ensinou a prática que a faculdade não ensina” (P.9)

Portanto, verifica-se que o caráter teórico-prático dos estágios também faz sentido para os estudantes, a supervisão e as orientações feitas durante a prática do estágio levam o estudante a estimular o senso crítico da prática profissional e a vivenciar situações para além da teoria. O estágio, acima de tudo, tem o poder de produzir conhecimentos e capacidades para dar respostas às demandas profissionais da atualidade, motivando melhorias e transformações no mundo do trabalho e no meio social. Para tanto, este dará ao estudante a(s) oportunidade(s) de analisar as contradições, os limites e as potencialidades do espaço profissional (Rolim, 2022).

Quanto à participação destes estudantes em atividades extracurriculares, como bolsas e voluntariados, 73,3% responderam já terem feito parte de algum projeto. A participação ativa e social é importante para o futuro profissional e, estas, tornam-se bons caminhos de cultivo e desenvolvimento crítico e social, da participação, da mudança e da transformação. Devem ser estimuladas e principalmente valorizadas, no que toca às políticas sociais e ao reconhecimento do Estado para investimento nas áreas de investigação e projetos no país.

3. Inserção no mercado de trabalho e seus desafios na atualidade

No bloco seguinte, foram planeadas questões acerca da inserção profissional e os desafios atuais. Num primeiro momento, 60% dos estudantes afirmam ter escolhido o curso de licenciatura levando em consideração as taxas de empregabilidade da área, o que identifica que na sua maioria, houve uma preocupação de inserção ao mercado de trabalho antes mesmo de entrar no Ensino Superior.

É importante notar que houve uma preocupação por parte do estudante em escolher a sua área com base nas taxas de empregabilidade, também demonstra confirmações das

reflexões feitas anteriormente, onde a acesso ao ensino superior é visto como sinónimo de empregabilidade no mercado de trabalho (Lopes, 2007). Ainda assim, existem fragilidades que poderiam ser melhoradas, percebendo as necessidades dos estudantes e buscando melhorar a qualidade do ensino, como veremos adiante.

Quando questionados se o curso de licenciatura os preparou para o mercado de trabalho, obtivemos algumas problematizações:

“Não. No que diz respeito ao conhecimento técnico, acredito que sim, mas o mercado de trabalho não exige só isso. Hoje as empresas buscam pessoas que tem uma boa comunicação, que saibam trabalhar em equipe, gerir conflitos e pessoas, quanto ao conhecimento técnico muitas vezes a empresa prefere formar ela mesma seus funcionários. Outra coisa é o psicológico, cada vez mais o mercado está competitivo o que exige muitas das pessoas.” (P.1)

“Mais ou menos, porque muitas vezes o foco foi pesquisa e ambiente científico. Isso é bom, porém muitas o mercado não pede isso.” (P.2)

Outros três estudantes responderam “não” e outros seis responderam “sim”. Quatro estudantes não responderam a esta pergunta.

É possível perceber as dificuldades encontradas atualmente: comunicação, trabalho em equipa, a gestão de conflito, a superprodução científica, a falta de acessibilidade em trabalhos mais práticos e sociais. Tais resultados também se encontram com as reflexões realizadas por Luz (2005), o qual denota que o Ensino Superior tem a necessidade de acompanhar as exigências do mercado, tentando incansavelmente atingir as metas de “produtividade académica” buscando reconhecimento económico e social. Entretanto, este caminho se desvia das vantagens da interação social, da convivência com grupos sociais e culturais, do despertar da curiosidade, criatividade e inspiração por inovação. Este direcionamento educacional voltado pela produtividade em massa e reconhecimento científico, acaba por elitizar as atividades de pesquisa, ao invés de valorizar as práticas de investigação como forma de inovação e superação das questões sociais e profissionais. Segundo a autora, é necessário uma reflexão e reconstrução das visões sob a produção académica e formação profissional, evidenciando a valorização da convivência social e construção de uma base prática-transformadora, que transborde para além da produção teórica.

De encontro com estas reflexões, quando questionados sobre o que poderia ter sido melhorado, alguns estudantes afirmaram:

“Participar de mais projetos, congressos, publicar mais” (P.1)

“Mais prática, menos teoria” (P.2)

“Um estágio profissional, fora das IES, que me encaminhasse para o mercado de trabalho” (P.3)

“Acredito que a universidade precisa estar mais próxima do mercado de trabalho, é preciso haver mais projetos e trabalhos práticos em campo, sinto que a formação é muito voltada para a área acadêmica.” (P.4)

Outras respostas como: *“Foco no que realmente a maioria das empresas procuram, e algumas experiências práticas durante o curso” (P.5)*, *“diálogo e experiência com professores” (P.6)* e *“Mais tecnologia” (P.7)*.

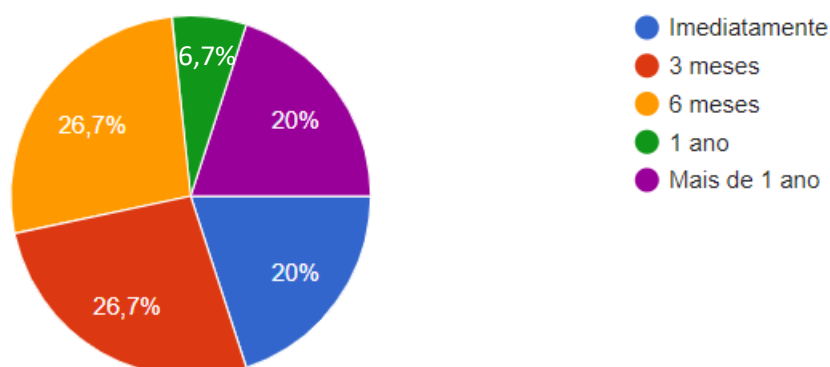
Ressalta-se, aqui, a importância do investimento em políticas educacionais voltadas ao acesso de bolsas de investigação e projetos sociais no país, buscando alavancar a prática profissional destes estudantes e o contacto com a realidade social. Além disso, existe a necessidade de valorização dos recursos ofertados nestes projetos, uma vez que o estudante pode não conseguir conciliá-lo com um trabalho remunerado.

O estágio demonstrou ser um caminho importante para a trajetória acadêmica e aquisição de competências profissionais e, por isso, seria relevante que este setor pudesse estar ainda mais conectado com o ES, ou seja, ser um caminho de efetivação profissional do estudante. Por isso, a construção de uma ponte entre ES e o mundo institucional se faz necessário e se torna um importante instrumento para o acesso dos jovens e recém-formados ao mercado de trabalho.

Quanto à inserção no mercado de trabalho, 60% dos estudantes indicaram estar inseridos no mercado de trabalho atualmente, e 40% não estarem inseridos. Destes, 93,3% afirmaram já ter atuado em sua área de formação. Relativamente aos 6,7% que nunca atuaram em sua área de formação, afirmam que procuram emprego na área há mais de um ano.

Em relação às expectativas de empregabilidade após o término do mestrado, 26,7% dos estudantes responderam conseguir emprego em pelo menos seis meses, outros 26,7% responderam três meses. 20% respondeu mais de um ano e 20% responderam conseguir

emprego “imediatamente” após o término do mestrado. Apenas 6,6 responderam um ano, como demonstra o gráfico abaixo:



Fonte: *Google Forms*. Inquérito por questionário

Gráfico 3 – Percentagem das expectativas de inserção no mercado de trabalho após o término do mestrado

Os resultados deste estudo também indicam que os estudantes, em sua maioria (53,4%) sentem que possuem uma posição forte no mercado de trabalho e transmitem confiança no futuro que, apesar de incerto, ainda assim é um caminho de oportunidades e de escolha. Evidenciam, então, que estes desenvolvem estratégias para os seus futuros projetos profissionais. Porém, para alguns (outros 46,7%) entendem estarem em posições frágeis no mercado de trabalho, com poucas oportunidades de escolha (Kovács, 2013). Ainda em conformidade com as reflexões deste trabalho, a instabilidade económica e social atual do país favorece uma certa visão da precariedade por parte dos jovens, mesmo assim, estão procurando adaptabilidade para as transformações do mundo do trabalho, como refletido das questões posteriores.

Em seguida, pretendeu-se identificar, na perspetiva do próprio estudante, o que o faz se sentir preparado para o mercado de trabalho atual.

“Acredito que tenho muito a aprender ainda, mas o que me faz sentir preparado são as experiências que passei para chegar até onde estou.” (P.1)

“Minha experiência como trabalho que desenvolvo e a minha formação académica.” (P.2)

“Minha formação, conhecimento do âmbito legal, propriedade científica e experiência profissional.” (P.3)

“Minhas experiências com voluntariados, e experiências de vida.” (P.4)

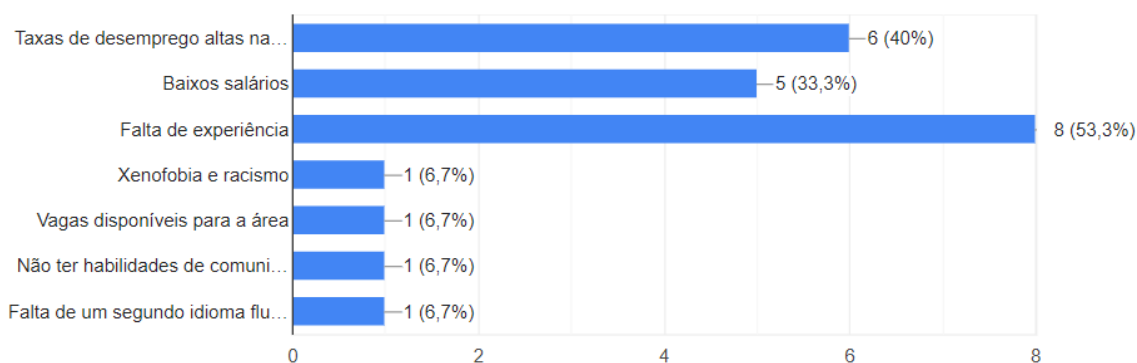
Outros estudantes ainda responderam: “Estudar mais” (P.5), “Mais bagagem” (P.6), “vontade e ansiedade de trabalhar” (P.7).

Importa ressaltar que o estudo realizado pôde demonstrar que o Ensino Superior e o processo educacional vivenciado, tem o poder de desenvolver e aumentar a confiança, a curiosidade, as competências técnicas e relacionais, promovendo, por essa via, a empregabilidade percebida, o que enfatizam os jovens deste estudo. Além disso, é perceptível uma análise de educação inacabada, da incompletude do saber, ou seja, a educação em constante construção. Também é notável as motivações construídas na participação de projetos e experiências acadêmicas, sobretudo porque interferem na autonomia profissional e desenvolvimento pessoal, corroborando para uma identidade profissional do jovem.

4. Anseios, medos e inseguranças do mercado de trabalho atual

Posteriormente, fora questionado sobre os principais anseios, medos ou inseguranças, encontrados pelos estudantes ao se inserir no mercado de trabalho atual.

Nesta questão, 53,3% dos estudantes responderam “Falta de experiência”. Seguidamente 40% respondeu “taxas altas de desemprego na minha área”. Outros 33,3% responderam “baixos salários”. Ainda assim, 26,8 dos estudantes responderam “outros”: “Xenofobia e Racismo”, “Não ter habilidade de comunicação desenvolvidas” e “falta de um segundo idioma fluente”.



Fonte: Google Forms. Inquérito por questionário

Gráfico 4 – Distribuição percentual que identificam os principais anseios, medos ou inseguranças face ao mercado de trabalho

Os resultados apontam que a falta de experiência tem sido um fator de insegurança para os futuros profissionais e, por isso, devem ser valorizados ambientes em que possam colar em prática tais habilidades aprendidas no ES: estágios, bolsas de investigação e maior contacto com o ambiente profissional. Regista-se a importância das instituições de ES em realizar parcerias com empresas e instituições públicas e ou privadas, as quais teriam um papel fundamental em dinamizar a práxis profissional e a aquisição de experiência. Os baixos salários também são vistos como sinónimo de incertezas quanto à tão sonhada “estabilidade financeira”, advinda desde a crise de 2008 juntamente com a instabilidade de inflação do país (Pereira, 2023).

As taxas de desemprego e de vagas disponíveis em diversas áreas de qualificação também acabam por quebrar expectativas de inserção no mercado de trabalho destes jovens, indicando a necessidade perante o Estado de visualizar as necessidades dos jovens e dar respostas a partir de políticas públicas, visando a expansão da mão-de-obra qualificada jovem no país.

Também se nota a necessidade de adaptação destes jovens quanto ao enfrentar das exigências do mercado de trabalho mais competitivo e globalizado, o desafio de aprender uma nova língua e de melhorar as suas habilidades de comunicação. Desafio este, que poderia ser suprido com incentivo educacional do governo e também das instituições de ES, buscando melhorar o ensino em favor da empregabilidade futura dos estudantes.

Mesmo com a multiculturalidade e a facilitação para estudantes de origem estrangeira no país, ainda assim, existem situações de xenofobia e racismo. Segundo dados exibidos pelo Jornal de Notícias, em setembro de 2018, naquele ano, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) recebeu 206 queixas de racismo e xenofobia, 15% a mais do que em 2017 e 50% a mais do que em 2016, demonstrando um aumento progressivo. No dia 10 de junho de 2023, o jornal Observador registou centenas de manifestantes nas ruas de Lisboa contra o racismo e xenofobia no país, o que demonstra que o Estado ainda não avançou com medidas ao combate destas questões sociais. É importante que o sistema de Educação esteja preparado para o enfrentamento dessas questões sociais existentes até mesmo no mercado de trabalho, no qual os jovens irão se inserir, buscando prestar apoio, informação e orientação de como e onde buscar proteção para este tipo de situação e promovendo o acesso aos direitos.

Em seguida, buscou-se analisar o conhecimento das políticas públicas de emprego existentes no país por parte dos estudantes. Os resultados demonstraram que 93,3% dos estudantes desconhecem alguma política de emprego jovem no país. Apenas 6,7% respondeu “IEFP”, complementando “formação gratuita para latino-americanos ministrada pelo Coursera” (P.6). Por isso, ainda podemos perceber que existem poucas informações dinamizadas sobre as políticas de emprego no país, o IEFP e o ES poderiam estar em mais sintonia, buscando apoiar os estudantes para o acesso ao primeiro emprego, à aquisição de experiência e desenvolvimento de competências, ambos participando da construção profissional do jovem no país.

5. Aquisição de competências no Ensino Superior

No bloco seguinte, pretendeu-se recolher informações sobre a aquisição de competências e a adaptação ao mercado de trabalho. Quando questionados se a Instituição de Ensino Superior proporcionou uma aquisição de competências, obtivemos respostas como:

“Proporcionou algumas, como o contato com outros profissionais da área com quem pude aprender algumas competências, mas, acredito que um maior contato com o mercado de trabalho seria benéfico para aprender outras competências necessárias que só se desenvolvem na prática” (P.1)

Poderia ter sido melhor (P.8)

“Não, falta de aulas práticas.” (P.3)

Outros estudantes responderam também: “Algumas” (P.4), “Poderia ter sido melhor” (P.5). Dois estudantes responderam “Não” e outros dois estudantes responderam “sim”.

Observamos, portanto, que existem questões a serem melhoradas para o desenvolvimento de competências desde o Ensino Superior, especialmente aquelas que transmitem um contacto maior com a área profissional do estudante, como já visto anteriormente, perante a falta de unir a teoria à prática. Algumas formas de melhoria segundo os estudantes seriam aulas mais práticas, por exemplo fora do ambiente escolar, ou seja, dentro de alguma instituição, verificando e acompanhando na prática o exercício profissional e o contacto com profissionais da sua área. O dinamismo em sala de aula, como rodas de

conversa, atividades de debate e de aprendizagem coletiva também formam instrumentos para aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes. Segundo o autor Massuanganhe (2014), o Ensino Superior tem o desafio de fomentar as vertentes de: aprender a aprender, aprender a ensinar, ensinar a aprender e ensinar a ensinar. Para isso, o Ensino Superior deve valorizar a investigação e a pesquisa, que são atividades para além de sala de aula, considerados pilares para o processo de agregação de competências técnicas e profissionais, pois possibilitam o saber-fazer da(s) instituição(ões) acadêmica(s), o que pressupõe um equilíbrio entre a componente teórica e a prática.

Quando solicitado para destacarem algumas competências adquiridas e que se tornaram essenciais para o mercado de trabalho, alguns estudantes revelam:

“Comunicação, formação profissional.” (P.1)

“Resiliência.” (P.2)

“Comunicação e conhecimento em geral.” (P.3)

“Estágio, entre outras formações.” (P.4)

“Adaptabilidade, inovação, flexibilidade, trabalho em equipa.” (P.5)

“Organização.” (P.6)

“Saber como trabalhar para e com o público alvo (trazer inovações tecnológicas ou não, incentivar a participação coletiva).” (P.7)

“Empatia.” (P.8)

“Idiomas, adaptabilidade, resolução de problemas e conhecimento da área.” (P.9)

“(…) capacidade de pensamento crítico, e criatividade de trabalhar em grupo.” (P.10)

“(…) gestão de pessoas, conflitos e tempo.” (P.11)

Identifica-se diante dos resultados que os estudantes conseguem apontar e descrever competências importantes desenvolvidas em ambiente acadêmico e que serão utilizadas no percurso profissional. Massuanganhe (2014) chamou de “aquisição de competências de longo prazo”, sendo estas técnicas adquiridas a partir de qualificação intelectual, ampla e abstrata, que buscou incentivar a aquisição contínua e transformadora de saberes específicos, adaptabilidade profissional e de vida. O autor também defende metodologias repassadas no

Estados Unidos, que utilizam a partir da educação, mecanismos para a transição da vida adulta, preparando os estudantes para a cidadania e progresso social. Assumem-se, portanto, os pilares para o desenvolvimento e adaptação da educação, em especial do Ensino Superior, para transferir competências aos estudantes e transformar seu futuro profissional: (I) a internacionalização da educação e da investigação (buscando conhecer as exigências do mercado globalizado e as questões sociais atuais); (II) a cooperação entre universidades e empresas (interagindo com o mercado, as exigências e empregabilidade dos estudantes); (III) a multiplicação dos locais de produção do conhecimento (investimento em investigação e o saber na prática); (IV) a reorganização do conhecimento, constantemente e (V) uma visão estratégica face às novas expectativas (estar atento às necessidades dos estudantes e do mercado). Uma visão importante sob o processo de reforma e adaptação que o sistema do ES deve levar em conta para obter resultados positivo quanto à empregabilidade e à formação de profissionais competentes.

Em complemento a esta questão, foi perguntado se os estudantes sentem que precisam de se adaptar ao mercado de trabalho atual e, se sim, de qual maneira. Onze estudantes responderam “sim” e quatro responderam “não”. Entre os que responderam sim, ainda complementaram:

“Resiliência, carisma e muita formação.” (P.1)

“Minha área muda constantemente.” (P.2)

“Necessidade de um curso de oratória.” (P.3)

“Estar atualizada com novas tecnologias e ter conhecimento necessário.” (P.4)

“Me adaptar ao modo de funcionamento da instituição.” (P.5)

Portanto, verificou-se que os estudantes confirmam que precisam de se adaptar ao mercado de trabalho, buscando uma atualização de conhecimento(s), continuidade nos estudos, como neste caso, e até mesmo uma procura de aquisição de competências profissionais.

6. Perspetivas e estratégias para inserção no mercado de trabalho

Neste bloco, pretendeu-se entender de que forma o estudante vê a situação contratual da sua profissão no mercado de trabalho atual. Neste sentido, alguns estudantes problematizaram:

“Vejo que seria muito difícil conseguir uma vaga, primeiro por ser estrangeira e segundo pelo salário que não é atrativo.” (P.1)

“Em vistas de melhorar, há pouco para área do serviço social, os concursos são mais facilitados, porém com poucas vagas e vencimentos baixos.” (P.2)

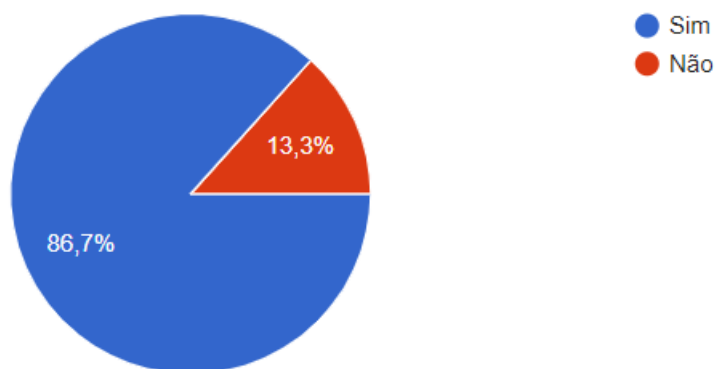
“Com muita luta, muita procura e pouca oferta.” (P.3)

“Tenho poucas esperanças, principalmente pelas poucas ofertas para a área em que desejo atuar.” (P.4)

Outros estudantes responderam: *“Boa”* (P.5), *“Na minha área o mercado está bom”* (P.6), seguidamente adjetivaram por: *“Burocrático”* (P.7), *“Temporário”* (P.8), *“Complexo”* (P.9) e *“Inseguro”* (P.10).

Podemos observar que os estudantes reconhecem as dificuldades atuais do mercado de trabalho. Além dos vencimentos baixos e da pouca oferta e muita procura (competitividade), ainda existem as situações de trabalho flexibilizadas, os contratos por tempo determinado, poucas vagas com cargos efetivos, criando uma visão de vida estável e estabilidade financeira cada vez mais longe e cheia de incertezas.

Na questão seguinte pretendeu-se analisar se algum estudante já pensou em migrar (cidade ou país), para inserção do mercado de trabalho, observando o gráfico abaixo:



Fonte: *Google Forms*. Inquérito por questionário

Gráfico 5 – Percentual de estudantes que considerou migrar a fim de uma inserção no mercado de trabalho

Diante dos resultados, podemos observar que a maioria já pensou ou ainda pensa em migrar de cidade ou país, em busca de inserção no mercado de trabalho, infelizmente justificado pelas respostas anteriores, a migração para outros locais parece ser uma saída em busca da concretização de uma carreira profissional e sua valorização.

Quanto à continuidade dos estudos, 73,3% afirmou que pretende continuar os estudos na área de formação e 26,7% respondeu “não”. Dez dos estudantes responderam identificar ainda uma formação complementar, incluindo algumas áreas como: Programação, Pedagogia, Administração e Educação. De forma positiva, observamos que os estudantes em sua maioria pensa continuar os estudos, buscando maior valorização profissional, especialização e inserção na sua área profissional, compreendendo um processo de adaptação frente ao mercado de trabalho.

Ao finalizar o questionário, alguns estudantes ainda complementaram sobre o assunto:

“(...) o tema é muito pertinente.” (P.1)

“É preciso melhorar a viabilização da inserção dos jovens no mercado de trabalho, muitos formam e vão migrar pra outros países em busca de oportunidades na sua área de formação, é muito triste ver um país onde a realidade da maioria é terminar a licenciatura e/ou mestrado e trabalhar fora da área de formação por falta de oportunidade.” (P.2)

“Sinto que o mercado de trabalho na minha área é muito restrito e uma vez que exista a vaga, esta dificilmente será preenchida por um estrangeiro.” (P.3)

“O questionário me fez observar e perceber a área que busco e gosto de trabalhar, e apesar das poucas oportunidades e das adversidades, ainda sim quero continuar a buscar melhorar e aprender cada vez mais para ser uma profissional de excelência e contribuir socialmente através da minha vocação.” (P.4)

Perante os resultados, podemos perceber que os estudantes reconhecem prestígio nas suas profissões e almejam poder exercê-las e construir uma carreira profissional. Entretanto, existem dificuldades externas, em sua maioria que poderiam ser atendidas pelo Estado, o qual em seu papel deveria dar respostas ao desemprego e a precariedade do trabalho em Portugal. Além disso, existem as situações de xenofobia e racismo, as quais voltam a aparecer, nesse momento atual de incerteza, para com a inserção no mercado de trabalho internacional. Intencionalmente, o questionário não teve somente o objetivo de coletar tais informações, mas de despertar os estudantes para as adaptações, competências e visões do mundo do trabalho, obtendo reflexões e possíveis melhorias no papel da educação para a capacitação e uma melhor preparação do estudante para o exercício da sua profissão.

Recomendações e considerações finais

Um cruzar de reflexões na perspectiva educativa social

Os educadores sociais realizam com muita frequência trabalhos educacionais em que ajudam indivíduos e grupos que, por serem vulneráveis, são educados para a reconstrução da sua identidade, da sua personalidade e do seu papel social. Trata-se, sobretudo, de eliminar fatores de exclusão, sendo que é aqui que o mesmo atua com um papel transformador, integrando os educandos no sistema educacional e criando um espaço de interação e afetividade com pessoas de referência (Igea, 2016). O educador social deve promover respostas adequadas quando surgem circunstâncias difíceis, e habilidades que sustentam tais respostas, acrescenta o mesmo autor.

A educação social promove e estimula a comunidade que educa e a educação que socializa e integra, ajuda a reparar riscos na dificuldade e no conflito social. O reconhecimento e a identidade profissional do educador social devem evidenciar o compromisso educativo do seu trabalho social, onde este se centra em lógicas de desenvolvimento e capacitação dos indivíduos.

Segundo Mateus (2012) o papel do Educador Social passa ser capaz de fazer com as competências para que foi preparado e das respostas emergentes aos desafios do campo de trabalho. O educador social é um ator social, uma vez que este também vive a complexidade da vida em sociedade, é um mediador social, empreendedor, gestor de conflitos interpessoais e intergrupais, este ajuda a procurar caminhos, promovendo assim a capacidade de decisão e de participação dos sujeitos ao mesmo tempo que são incluídos em redes sociais que apoiam no processo de integração.

O Educador Social deve desenvolver competências, que nada mais são do que conhecimentos em ação. É necessário colocar em prática saberes acerca de conceitos como resiliência, empatia, tolerância, responsabilidade, ousadia, entusiasmo e segurança, trabalhando assim competências socio emocionais (Mateus, 2012). É necessário que Educador Social esteja preparado para trabalhar de forma integrativa em uma equipe multidisciplinar e que o mesmo realize um papel de capacitação e empoderamento da equipe para realizar novas atividades de intervenção dentro das Instituições de Ensino Superior.

Em conformidade com as transformações sociais, valoriza-se a Aprendizagem ao Longo da Vida, onde o profissional atua diretamente com a construção e a (re)construção dos projetos de vida, bem como a atualização dos saberes, dos conhecimentos e das competências, sejam eles em níveis escolares, formativos ou laborais.

Infelizmente, é escassa a produção académica do Educador Social e sua atuação no Ensino Superior, sendo este um dos desafios maiores deste presente trabalho, mas como podemos perceber, existem inúmeras demandas em que este profissional poderia atuar, propondo e criando enfrentamentos e estratégias para melhorar a qualidade de ensino, durante a busca pela identidade profissional dos jovens. Algumas das demandas envolvidas e “descobertas” neste trabalho demonstram a necessidade de delinear, implementar e avaliar intervenções junto dos principais públicos da(s) IES(s), privilegiando iniciativas de tutoria e mentoria, além de desenvolver atividades, ações e intervenções socioeducativas e/ou culturais, que envolvam os estudantes em busca de competências profissionais, direitos do trabalho e desafios do mercado de trabalho globalizado. Entre as questões aqui, também, salientadas englobam-se: a xenofobia, o racismo e a multiculturalidade, onde denunciar e buscar por proteção se apresentam como imperativas.

Também se faz importante o apoio e a escuta qualificada dos estudantes quanto a possíveis melhorias na IES, visando a melhoria na qualidade do ensino, promovendo o acolhimento e humanização dos atendimentos educacionais. Acrescenta-se a importância de dinamizar e fazer chegar informações sobre bolsas de investigação e quaisquer acessos à benefícios estudantis e de experiência profissional, incluindo políticas de emprego, bem como o apoio à realização de eventos e atividades que proporcionem contacto com a comunidade. Salienta-se que existe a demanda de dinamizar uma rede de apoio entre IES e empresas, buscando alinhar novas oportunidades de estágios e efetivação profissional aos estudantes.

Apresenta-se necessária a luta pela consolidação de políticas públicas de qualidade, seja apoiando e conscientizando os estudantes para com as mudanças nas leis de emprego, bem como relativamente à precarização e flexibilização do mercado de trabalho, incentivando-os à participação social, a exercer o papel de cidadão e de transformadores sociais.

Por mais que o ES esteja propenso a atuar sob contextos de exclusão e risco social, a conjuntura de atuação profissional é vasta e proporciona atuação em diferentes espaços institucionais, as quais estarão direcionadas para o mesmo objetivo principal, ação e desenvolvimento educativo e reflexivo, promovendo a motivação e participação do público-alvo (Teixeira, 2014).

Deste modo, o Educador Social deve estar preparado para se adaptar às novas conjunturas sociais, desenvolvendo o seu perfil profissional mediante os desafios e as necessidades mais atuais. Segundo reflexões realizadas por Teixeira (2014), a profissão necessita valorizar alguns aspetos para a ampliação e a inovação das novas áreas de atuação da profissão, transcendendo uma perspetiva de reconhecer as novas dinâmicas sociais e procurar estratégias de intervenção. É preciso estar atento à amplitude de competências e às áreas de formação, que demonstram novos caminhos para o ES. Ainda assim, desenvolver um olhar crítico sobre as necessidades das sociedades contemporâneas e suas constantes (re)configurações, as quais transformam os modelos, os palcos de intervenção e a inserção profissional e, por último, estar essencialmente motivado e preocupado com o desenvolvimento e a complexidade das pessoas, reconhecendo os desafios e principalmente as possibilidades de aprendizagem ao longo da vida.

Considerações finais

Diante do contexto económico e social atual do país, jovens e instituições de ensino superior enfrentam novos desafios frente ao fenómeno do desemprego em Portugal. As crescentes taxas de desemprego e os desafios de inserção profissional tornam-se uma nova questão social e, conseqüentemente, transformam-se em terreno de atuação do Educador Social. Questões como o desenvolvimento e a melhoria de políticas públicas de qualidade e de ações estratégicas desde o Ensino Superior mostrou-se um importante palco de intervenção e transformações sociais, que reafirmam a pertinência do presente estudo.

No entanto, foi possível perceber que os estudantes entendem a necessidade de adaptação às novas exigências do mercado de trabalho globalizado e que procuram estratégias, mesmo diante dos desafios postos, à aquisição de competências e de uma identidade profissional. Suas expectativas mediante a inserção no mundo do trabalho se caracteriza como incerta e cheia de anseios, entretanto estes parecem estar dispostos a continuarem uma reconhecida e necessária busca por conhecimento, experiência e realização profissional, tornando-os profissionais resilientes.

O estudo pôde evidenciar potenciais melhorias na rede da IES, as quais poderiam aprimorar a interligação entre ensino superior e mercado de trabalho e potenciar parcerias no desenvolvimento de saberes, competências e tecnologia. O Ensino Superior tem o desafio de melhor articular o plano instrumental e pedagógico (planos curriculares, temáticos e a didática) buscando uma gestão universitária alinhada com as exigências do mercado, sem perder a importância de destacar valores de cidadania e participação social.

Portanto, o estudo trouxe reflexões não somente sobre as mudanças sociais que vivenciamos, atualmente, mas também sobre a ampliação da atuação e das demandas do Educador Social, o qual deve estar atento às transformações contemporâneas, buscando evidenciar as injustiças sociais e recorrer às estratégias de enfrentamento. Das demandas identificadas neste estudo, podemos apontar pistas da atuação do Educador Social nas IES, como: (I) a dinamização de atividades extracurriculares, de contacto social e comunitário, que promovam aquisição de competências profissionais e experiência; (II) incentivo à participação social e empoderamento dos estudantes (valorização dos centros académicos, como portal de voz para injustiças sociais), buscando enfatizar a luta por melhorias estudantis, enviando demandas ao Estado; (III) avançar com buscas e parcerias de instituições para ampliar a rede de bolsas, estágios e voluntariados na IES, desenvolvendo reconhecimento local de empresas e

possibilitando maior contacto profissional aos estudantes; (IV) dinamizar informações sobre direitos estudantis, canais de denúncia contra xenofobia e racismo, bem como campanhas de conscientização; (V) promoção de eventos e atividades dinamizadas fora da IES, voltadas ao mercado de trabalho, tecnologia e comunicação, evidenciando parcerias com empresas e instituições públicas e ou privadas e (VI) criação de um projeto de “interação” em que a IES e os cursos que ofertam, permitindo esse acesso/informação à população e repassar informações sobre a atuação profissional e o mercado de trabalho, com a intenção de proporcionar ao possível estudante uma imersão antes da escolha do curso, possibilitando o conhecimento da área de atuação e melhor escolha profissional. É importante perceber que além destas pistas, muitas outras podem ser encontradas nas IES, e o profissional deve estar atento às demandas transmitidas pelos estudantes. A relevância deste estudo, por outro lado, também demonstrou a preocupação de dar voz aos estudantes, mostrando-lhes que estes fazem parte da conjuntura educacional e ao serem ouvidos, também têm a oportunidade de melhorar a trajetória estudantil, no sentido preparatório para futuras oportunidades profissionais.

Neste sentido, defendemos que as IES optem pela promoção de um desenvolvimento pessoal e social buscando formar estudantes e cidadãos críticos em relação ao mundo, capacitando-os a procurar seu próprio espaço de realização pessoal e profissional. Apoiando-os a superar os desafios da transição do ensino superior para o trabalho. Portanto, valorizando o estímulo de jovens competentes, em pensar para além das competências técnicas, que o mercado formata em favor da produtividade, capazes de compreenderem os avanços, as necessidades e as transformações atuais, bem como criando e (re)criando respostas criativas e adaptadas às necessidades e desafios que as alterações sociais, políticas e tecnológicas do mundo globalizado transcendem.

Referências bibliográficas

- Agência Lusa (2018, 01 setembro), "Portugal é um país com manifestações de racismo e xenofobia", diz secretária de Estado da Igualdade. *Diário de Notícias*. <https://www.dn.pt/poder/portugal-e-um-pais-com-manifestacoes-de-racismo-e-xenofobia---secretaria-de-estado--9787951.html>
- Agência Lusa (2023, 10 junho). Centenas de manifestantes em Lisboa contra o racismo e a xenofobia. *Observador*. <https://observador.pt/2023/06/10/centenas-de-manifestantes-em-lisboa-contra-o-racismo-e-a-xenofobia/>
- Aznar, G. (1996). *Emploi: la grande mutation*. Hachette.
- Barros, A. Et al (2016, setembro). A vivência do desemprego por jovens graduados: um estudo exploratório. *Actas do 3º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. (pp. 956-968). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal. <https://hdl.handle.net/10216/112133>
- Bergenhengouwen, G. J., & Horn, H. T. (1996). Competence development-a challenge for HRM professionals: core competences of organizations as guidelines for the development of employees. *Journal of European Industrial Training*, 20(9), 29-35. <https://doi.org/10.1108/03090599610150282>
- Bureau, M. C & Marchal, E., (2005), "Pluralité des marchés du travail et qualités des intermédiaires", *C.E.E.*, N° 48, P. 4-25. https://pmb.cereq.fr/doc_num.php?explnum_id=1446
- Carvalho, J. G. (2017). *Compreender as experiências de desemprego nos jovens adultos qualificados: O desafio da empregabilidade*. [Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos - Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/53958>
- Dias, M. I. (2008). *Programa de promoção de competências pessoais e sociais: um estudo no Ensino Superior*. [Tese de doutoramento em Psicologia - Universidade de Aveiro]. <http://hdl.handle.net/10773/1109>
- Duarte, A., & Andrade, J. S. (2000). Taxa de desemprego natural, Uma Variável Cíclica? – Uma Aplicação a Algumas Economias Europeias. *Revista de Estatística*, 2, 7-33. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106456&ESTUDOSmodo=2

- Gil, A. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª edição. Editora Atlas S.A. https://www.fc.unesp.br/Home/helber-freitas/tcci/gil_como_elaborar_projetos_de_pesquisa_-anto.pdf
- Guerreiro, M. D. & Abrantes, P. (2004). *Transições Incertas – Os jovens perante o trabalho e a família*. DGEEP - CID. <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/transicoes-incertas-os-jovens-perante-o-trabalho-e-a-familia/13890>
- Hossne, W. S. (2003). O poder e as injustiças nas pesquisas em seres humanos. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*. 7, 55-70. <http://acervodigital.unesp.br/handle/11449/30391>
- Kovács, I. (2013). Flexibilização do mercado de trabalho e percursos de transição de jovens: uma abordagem qualitativa do caso da área metropolitana de Lisboa. *Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão*. UTL - Universidade Técnica de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/5689>
- Luz, M. T. (2005). Prometeu Acorrentado: Análise Sociológica da Categoria Produtividade e as Condições Atuais da Vida Acadêmica. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. 15(1):39- 57, p. 39-57 DOI: 10.1590/S0103-73312005000100003
- Marçano, I. M. A. (2013) *Trabalho e vidas. Práticas sociais e vivência subjectivas no desemprego*. [Tese de doutoramento em Sociologia]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/10598>
- Marques, A. P. (2009). Novas "legitimidades de segmentação do mercado de trabalho de jovens diplomados. *Revista Portuguesa de Educação*, 22(2), pp. 85-115. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/85776/1/%282009%29%20Novas%20legitimidades%20de%20segmenta%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Marx, K. (1983). O capital. São Paulo: Abril Cultural. V. I <https://archive.org/details/OCapitalKarlMarx>
- Massuanganhe, J. (2014). Globalização e a Visão Estratégica do Ensino Superior: Políticas do Ensino Superior, Reprodutibilidade Profissional e os Desafios da Endogeneização na Formação de Quadros. *Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governança Local*. Universidade Agostinho Neto - Luanda. https://www.researchgate.net/publication/370208302_GLOBALIZACAO_E_A_VISAO ESTRATEGICA_DO_ENSINO_SUPERIOR_Políticas_do_Ensino_Superior_e_os_Desafios_na_Formacao_de_Quadros

- Mateus, M. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *Revista de Educação*. Instituto Politécnico de Bragança. 4(1). <http://hdl.handle.net/10198/7726>
- McQuaid, R. W., & Lindsay, C. (2005). The concept of employability. *Urban studies*, 42(2), 197-219. <https://doi.org/10.1080/0042098042000316100>
- Melo, S. L. & Borges, L. O. (2007). A Transição da Universidade ao Mercado de Trabalho. *Scielo Brasil. Revista de Psicologia: Ciência e Profissão*. pp. 376-395 http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932007000300002&lng=t
- Mesuras, T. M. (2009). *Um Olhar Político sobre a Precariedade dos Jovens Licenciados*. [Dissertação de Mestrado - Instituto Universitário de Lisboa], Departamento de Sociologia. <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1994/1/tese%20teresa.pdf>
- Nora, N. C. (2018, julho). Vidas congeladas: Socializados para o trabalho, formados para o não emprego? *Sociologia On Line - Revista da Associação Portuguesa de Sociologia*, 16, 13-37. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2018.16.1>
- Oliveira, S. A. Z. D. P., & Almeida, M. L. P. (2009). Educação para o mercado x educação para o mundo do trabalho: impasses e contradições. *REP - Revista Espaço Pedagógico*. V. 16, N. 2, pp. 155-167 <https://doi.org/10.5335/rep.2013.2222>
- Paro, V. H. (1999). PAREM DE PREPARAR PARA O TRABALHO: Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. *Formação e Currículo: Para onde vai a Escola*. pp. 101-119 https://evoluireducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/parem_de_educar_para_trabalho.pdf
- Pimenta, S. G. Lima, M. S. L. (2010). O estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poíesis*. V. 3, N.3-4, pp. 5-24 <https://doi.org/10.5216/rpp.v3i3e4.10542>
- Ribeiro, J. (2003). Globalização, mercado de trabalho e educação. *Revista de Ciências da Educação*. 7(17):9-16 <https://doi.org/10.1590/S1984-92302000000100001>
- Rodrigues, M, Suleman, Marques, P., Videira, P., Guimarães, R., & Pereira, M. (2022). *Livro Branco: Mais e melhores empregos para os jovens*. Fundação José Neves – Observatório do Emprego Jovem – OIT-Lisboa. <https://www.joseneves.org/livro-branco-emprego-jovem?>

- Rolim, D. C. (2022). O estágio em Serviço Social e sua contribuição para a produção de conhecimento na formação e trabalho. *Revista Serviço Social*. V.25, N.1, p. 29-45
10.5433/1679-4842.2022v25n1p29
- Sá, T. (2010). “Precariedade” e “trabalho precário: consequências sociais da precarização laboral”. *Configurações. Revista de Sociologia*. (7), 91-105.
<https://doi.org/10.4000/configuracoes.203>
- Sá, V. C. N. (2014). *O Desemprego Jovem em Portugal*. [Dissertação de Mestrado - Universidade de Coimbra], Faculdade de Economia. <http://hdl.handle.net/10316/25429>
- Santos, J. R. & Henriques, S. (2021). Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos. *Repositório Aberto, Comunidades & Coleções. Editora EUAB*. pp. 6-32 <http://hdl.handle.net/10400.2/10696>
- Santos, J. R. & Henriques, S. (2021). Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos. *Lisboa: Universidade Aberta*. 1-37.
<http://hdl.handle.net/10400.2/10696>
- Silva, E. A. (2013). As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. *Revista Angolana Sociologia*. 12, 77-99. <https://doi.org/10.4000/ras.740>
- Souza, L. N. F. (2010). *Diplomas e (Des)emprego: Um estudo de caso*. [Tese de Doutoramento em Sociologia - Universidade do Porto]. <http://hdl.handle.net/10400.19/2337>
- Vilas, B. J. C. (2013). *Políticas Públicas e Desemprego Jovem*. [Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas - Universidade da Beira do Interior].<http://hdl.handle.net/10400.6/1604>

Anexos

Anexo 1 – Parecer favorável da Comissão de Ética do Instituto Politécnico de Bragança

Filiação: /Comissões Especializadas/Ética/Presidente

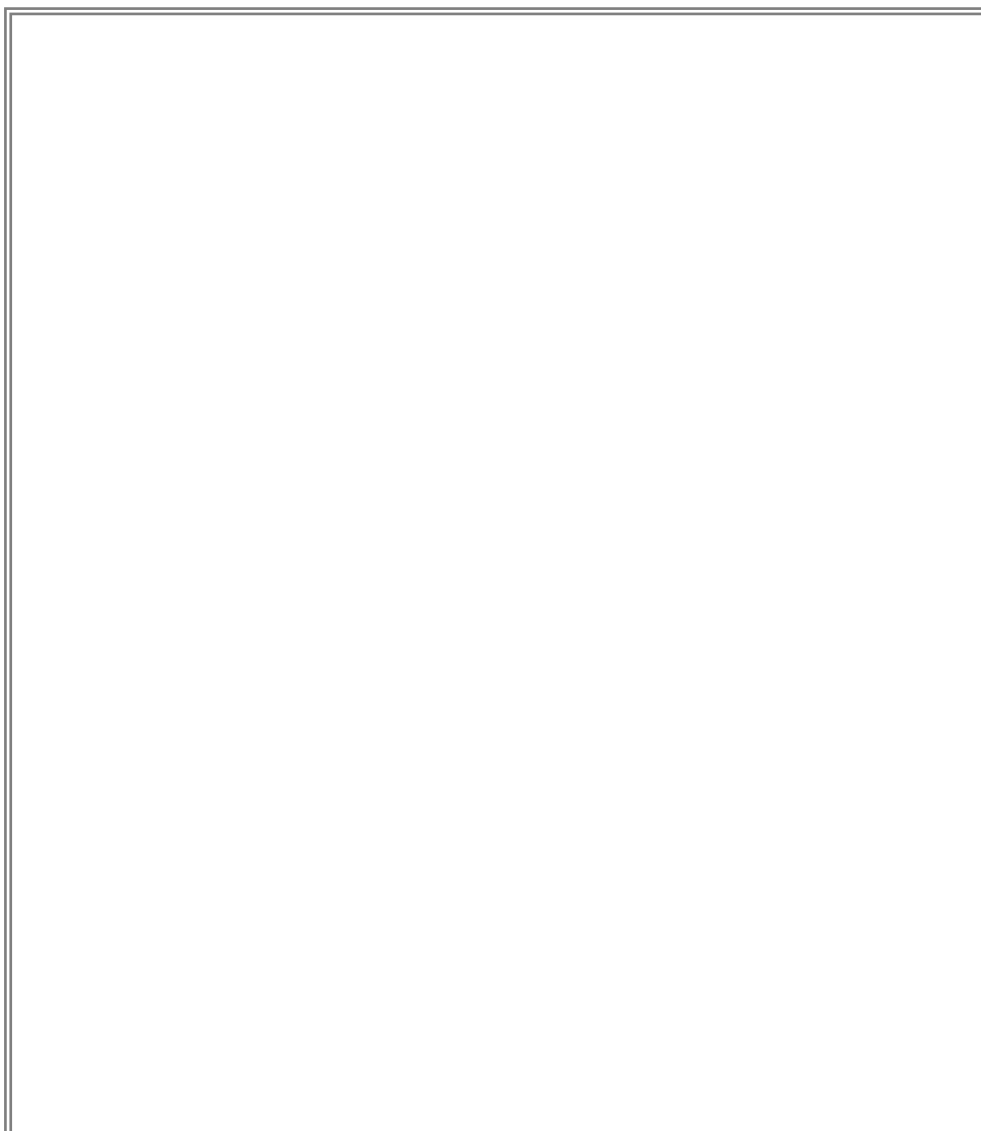
Parecer

Deferido por unanimidade. Emitimos parecer favorável à realização do estudo "Estudantes do ensino superior e o mercado de trabalho português: reflexões diante dos desafios atuais"

Data

28/09/2023

Anexo 2 – Termo de consentimento informado não assinado



Estudantes do ensino superior e o mercado de trabalho português: reflexões diante dos desafios atuais

A presente investigação, a desenvolver no âmbito do curso de mestrado em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, pretende recolher dados sobre as perceções dos estudantes acerca dos desafios do mercado de trabalho atual, dificuldades que estes denotam quanto à sua adaptação às novas exigências do mercado de trabalho português e informações sobre as suas experiências individuais.

Os principais objetivos desta pesquisa são:

- I) Analisar as dificuldades atuais dos estudantes do Ensino Superior em relação à sua inserção no mercado de trabalho português;
- II) Reconhecer o perfil de proatividade do estudante/futuro profissional;
- III) Identificar estratégias que poderiam ser aplicadas na Instituição de Ensino Superior para melhor preparar os estudantes para o mercado de trabalho atual; e
- IV) Refletir sobre o papel do Educador Social e a sua atuação perante o desemprego jovem.

De referir que os dados recolhidos seguem princípios éticos e deontológicos – confidencialidade e anonimato e serão utilizados apenas para os fins a que se destinam. A sua colaboração é muito importante, pelo que agradeço antecipadamente a sua contribuição para este estudo.

Foi-me prestada uma explicação integral acerca da natureza e objetivos do estudo, sendo concedida a possibilidade de esclarecer todos os aspetos que considere pertinentes.

Tomei consciência de que não serão recolhidos dados que permitam a minha identificação, permanecendo confidenciais, sendo destruídos permanentemente após o término do estudo.

Concordo que os dados sejam analisados pela investigadora deste estudo.

Declaro que sou maior de idade e que li o formulário de consentimento e pretendo prosseguir e participar no presente estudo.

		<p>B3.2. Como é que se organiza para o pagamento das propinas? <input type="checkbox"/> Bolsa <input type="checkbox"/> Auxílio familiar <input type="checkbox"/> Trabalho laboral Outro: _____ Se possui trabalho laboral, possui Estatuto de Trabalhador-Estudante? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>B3.3. Qual é a maior dificuldade económica que sente atualmente? <input type="checkbox"/> Pagamento dos estudos <input type="checkbox"/> Alojamento <input type="checkbox"/> Alimentação <input type="checkbox"/> Lazer <input type="checkbox"/> Nenhuma Outra: _____</p>
C. Área de formação	C1. Formação académica	<p>C1.1. Qual o principal motivo pelo qual decidiu frequentar um mestrado?</p> <p>C1.2. Alguma vez pensou em desistir do curso de mestrado ou mudar de área? Porquê? <input type="checkbox"/> Sim. Porque: _____ <input type="checkbox"/> Não. Porque: _____</p> <p>C1.3. Enquanto frequentou o curso de licenciatura, como foi a sua experiência no estágio?</p> <p>C1.4. Acredita que essa experiência terá impacto na sua jornada profissional? De que forma?</p> <p>C1.5. Já participou em atividades extracurriculares? (ex: bolsas de estudo, voluntariado, outros). <input type="checkbox"/> Sim. Quais? <input type="checkbox"/> Não. Por que motivo?</p>
D. Perspetivas de inserção no contexto profissional	D1. Inserção no mercado de trabalho	<p>D1.1. Quando escolheu o seu curso de licenciatura, levou em conta as taxas de empregabilidade da profissão? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>D1.2. Em sua opinião, o curso de licenciatura que escolheu preparou-o para o mercado de trabalho?</p> <p>D1.3 O que teria melhorado a experiência na sua formação durante a licenciatura?</p> <p>D1.4. Está inserido do mercado de trabalho atualmente? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>

		<p>D1.5. Trabalha ou já trabalhou na sua área de formação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>D1.6. Se não, há quanto tempo procura emprego na sua área? <input type="checkbox"/> 3 meses <input type="checkbox"/> 6 meses <input type="checkbox"/> 1 ano <input type="checkbox"/> Mais de 1 ano</p> <p>D1.7. Na sua perspetiva, após o término do mestrado terá emprego... <input type="checkbox"/> Imediatamente <input type="checkbox"/> 3 meses <input type="checkbox"/> 6 meses <input type="checkbox"/> 1 ano <input type="checkbox"/> Mais de 1 ano</p> <p>D1.8. O que o faz sentir preparado para o mercado de trabalho?</p> <p>D1.9. Quando pensa na sua inserção no mundo do trabalho, que aspeto lhe traz mais anseio, medo ou insegurança? *pode seleccionar mais de uma opção: <input type="checkbox"/> taxas de desemprego altas na área <input type="checkbox"/> baixos salários <input type="checkbox"/> falta de experiência <input type="checkbox"/> outros: _____</p> <p>D1.10. Conhece alguma política de emprego jovem existente no país?</p> <p>D1.11. Já fez parte de algum programa/serviço? (ex: IEFP, cursos de formação gratuita, etc.)</p>
<p>E. Competências profissionais</p>	<p>E1. Aquisição de competências e adaptação ao mercado de trabalho</p>	<p>E1.1. Para si, a Instituição de Ensino Superior proporcionou a necessária aquisição de competências?</p> <p>E1.2. Quais destaca como essenciais ao mercado de trabalho atual?</p> <p>E1.3. Sente que precisa de se adaptar para se inserir e se manter no mercado de trabalho? De que maneira?</p>

<p>F. Futuro profissional</p>	<p>F1. Perspetivas e estratégias para inserção no mercado de trabalho</p>	<p>F1.1. Na sua perspetiva, como vê sua situação contratual no mercado de trabalho?</p> <p>F1.2. Já pensou em migrar para outras cidades ou outro país a fim de inserção no mercado de trabalho? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>F1.3. Pretende continuar os estudos na sua área de formação? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>F1.4 Identifica alguma outra área de formação complementar para a sua carreira profissional?</p>
<p>G. Finalização do questionário</p>		<p>Gostaria de acrescentar mais alguma consideração sobre o tema?</p> <p>Muito obrigada pela sua disponibilidade.</p>

Anexo 4 – Quadro sinopse da análise de conteúdo

Blocos		Objetivos	Perguntas	Respostas
Bloco 1 - Legitimação de questionário e motivação de pesquisa;		A.1 Agradecer a disponibilidade, informar e legitimar o uso dos dados, os objetivos e benefícios do estudo; garantir a confidencialidade dos dados e demais direitos; explicar os procedimentos.		
Bloco 2- Caracterização Individual	B. 1 Dados Pessoais	Identificação individual do/a Estudante	B.1.1 Idade, em anos B.1.2 Género B.1.3 Nacionalidade B.1.4 Naturalidade	B.1.1 – 21 a 55 anos B.1.2 – 53,3% Masculino e 46,7% Feminino. B.1.3 73,3% são Brasileiros, 20% são Portugueses e 6,7% são Guineenses B.1.4 73,3% responderam Brasil, sendo que 4 pessoas identificaram: Bahia, Campinas – São Paulo, Maranhão e Rio de Janeiro. 6,7% Guiné-Bissau, 6,7% Viana do Castelo e 13,3% Bragança.
	B. 2 Formação académica	Identificar a formação inicial do Estudante e qual o curso de mestrado que frequenta	B.2.1 Qual a sua área de formação inicial? (licenciatura) B.2.2 Qual o curso de mestrado que frequenta? B. 2.3 Frequenta ainda a mesma	B.2.1. Agronomia (2), Engenharia da computação (3), Serviço Social (2), Educação Social (2), Engenharia Mecânica (2), Nutrição (1) e Ciências Biológicas

			<p>Instituição de Ensino Superior (IES)?</p> <p>(2) e 1 pessoa não quis responder.</p> <p>B.2.2 Agroecologia (2), Ciência em Saúde (1), Educação Ambiental (1), Educação Social (6), Informática (3), Engenharia Industrial (2).</p> <p>B.2.3 46,7% Frequentam a mesma instituição de formação inicial e outros 53,3% não frequentam a mesma instituição.</p>
B. 3 Realidade Socioeconómica	Identificar qual a realidade socioeconómica do estudante (renda e organização)	<p>B.3.1 Qual seu rendimento mensal atual?</p> <p>B.3.2 Como se organiza para pagamento das propinas?</p> <p>B.3.3 Se possui trabalho laboral, possui Estatuto de Trabalhador-Estudante?</p> <p>B.3.4 Qual a maior dificuldade económica que sente atualmente?</p>	<p>B.3.1 46,7% respondeu que sua renda mensal varia entre 900-100 euros por mês. Outros 26,7% responderam de 760 a 850 euros por mês. 20% da amostra respondeu que recebe de 251 à 450 euros por mês e 6,6% respondeu que recebe de 451 à 650 euros por mês.</p> <p>B.3.2. 46,7% dos estudantes responderam a partir de trabalho laboral, 26,7% responderam “bolsa de estudos”, 20% responderam outros, os quais identificam como trabalho laboral em período de férias e “renda vinda do Brasil” e apenas 6,6% respondeu “auxilio familiar”.</p> <p>B.3.3 57,1%</p>

				<p>responderam que não possuem Estatuto Trabalhador-Estudante e 42,9% possuem.</p> <p>B.3.4 60% dos estudantes responderam “alojamento”, posteriormente “Alimentação” (33,3%) e “Lazer” (33,3), 20% declararam ter dificuldades com “pagamento das propinas” e 6,7% respondeu “falta de opções de trabalho”.</p>
Bloco 3 – Área de Formação	C.1 Formação Académica do/a Estudante	Identificar qual o nível de proatividade do/a Estudante, frente a adaptação do Ensino Superior e o mercado de trabalho	<p>C.1.1 Qual o principal motivo pelo qual decidiu frequentar um mestrado?</p> <p>C.1.2 Alguma vez pensou em desistir do curso de mestrado ou mudar de área? porquê?</p> <p>C.1.3 Enquanto frequentou o curso de licenciatura, como foi a sua experiência no estágio?</p> <p>C.1.4. Acredita que essa experiência terá impacto na sua jornada profissional? De que forma?</p> <p>C.1.5 Já participou de atividades extracurriculares?</p>	<p>C.1.1</p> <p><i>“desejo de progredir e necessidade de obtenção de grau que possa ser reconhecido a nível social” (P.1)</i></p> <p><i>“Me especializar em uma área que eu gosto, melhorar meu currículo, além da experiência de estudar em outro país.” (P.2)</i></p> <p><i>“Faço dupla diplomação, o que me permite obter dois diplomas, um de minha instituição de origem e outro da instituição parceira no exterior. Isso amplia minhas perspectivas de carreira, pois tenho</i></p>

			<p>Se sim, quais? Se não, por qual motivo? Ex: atividades extracurriculares, bolsas de estudo, voluntariado, etc.</p>	<p><i>acesso a redes de contatos internacionais, oportunidades de estágio e possíveis empregadores em diferentes países europeus. Através dessa experiência, posso desenvolver uma compreensão mais profunda de diferentes culturas, idiomas e práticas acadêmicas, o que certamente me tornará mais adaptável e versátil em um mercado de trabalho globalizado.” (P.3)</i></p> <p><i>“Aprofundar os meus conhecimentos, estudar uma área que gosto muito que é a social. Ter um maior aporte profissional para trabalhar na área de educação como professora”. (P.4)</i></p> <p>Outros estudantes também responderam: <i>“Destaque no mercado de trabalho” (P.5), “Especialização”(P.6), “Oportunidade de intercambio”(P.7), “Enriquecimento curricular e pessoal Desenvolvimento profissional” (P.8) e “Continuação da vida acadêmica”(P.9)</i></p>
--	--	--	---	--

				<p>C.1.2 53,3% responderam “não” e afirmam:</p> <p><i>“[...] o mestrado sempre foi um sonho para mim, ainda mais fora do Brasil. Então, vi isso como uma oportunidade única.” (P.1)</i></p> <p><i>“Estou contente com a minha profissão e Nunca pensei em sair” (P.2)</i></p> <p><i>“Durante minha estadia em Portugal, nenhum motivo me levou a querer desistir da realização do mestrado” (P.3)</i></p> <p><i>Outros ainda responderam: “Gosto do curso” (P.4), “[...] é uma area com muitas oportunidades e que eu gosto bastante.”(P.5)</i></p> <p>Já 46,7% dos estudantes afirmaram já ter pensado em desistir de cursar o mestrado ou mudar de área. Quando perguntado o porquê, alguns estudantes responderam:</p> <p><i>“São muitos os desafios enfrentados por um aluno estrangeiro.”</i></p>
--	--	--	--	--

				<p>(P.6)</p> <p><i>“Dificuldade em conciliar o trabalho com os estudos. O trabalho é essencial para conseguir pagar as propinas, alojamento, alimentação e outras necessidades básicas, mas o trabalho full time não permite uma maior dedicação aos estudos.” (P.7)</i></p> <p><i>“Insegurança no mercado de trabalho”(P.8)</i></p> <p>Alguns participantes ainda responderam: “Falta de tempo” (P.10), “Dificuldades”(P.11) , e “Mudar de área”(P.12)</p> <p>C.1.3</p> <p><i>“Aqui em Portugal eu participei de dois estágios, um curricular e outro profissional. Em ambos pude ter uma noção do mercado de trabalho em que vou me inserir como também me ajudou a visualizar quais habilidades preciso melhorar.” (P.1)</i></p> <p><i>“No Brasil foi uma experiência muito boa, estagiei em um laboratório com pesquisa e pude aprofundar muito</i></p>
--	--	--	--	---

				<p>meus conhecimentos, também estagiei como professora e pude estar em campo lecionando, elaborando e aplicando projetos junto aos alunos e tive uma troca de saberes que foi essencial para meu crescimento profissional, aprimorando e aprendendo cada vez mais.” (P.2)</p> <p>P.3 “Foi muito bom, aprendi bastante coisa, conheci pessoas que me ajudaram bastante. E me identifiquei com a área” (P.3)</p> <p>Outras respostas como: “Ótima e enriquecedora” (P.4) “Incrível, muito eficaz e rica em aprendizagem prática”(P.5) e “Boa. Realizei estágios em diferentes áreas e aprendi bastante”(P.6)</p> <p>C.1.4</p> <p>“Sim totalmente, de forma a aprender e vivenciar o ambiente de trabalho enquanto estava a aprender” (P.1)</p> <p>“Sim, durante o</p>
--	--	--	--	---

				<p><i>estágio pude ter meu primeiro contato com a experiência profissional, pude aprender e saber em quais pontos poderia melhorar, quais assuntos estudar mais e a perceber qual profissional eu quero me dedicar a ser” (P.2)</i></p> <p><i>“ Acredito que sim. Durante esse tempo de estágio tive experiências boas e ruins, que me ajudaram a desenvolver habilidades que são essenciais para o mercado de trabalho (comunicação, gestão de pessoas, conhecimento técnico...).” (P.3)</i></p> <p><i>“Creio que sim, o estágio aproxima muito o estudante do mercado de trabalho, criando contatos profissionais e agregando conhecimento prático que as vezes não é repassado em sala de aula.” (P.4)</i></p> <p><i>“Com certeza, melhorando meu desempenho como profissional da área, por exemplo no desenvolvimento de</i></p>
--	--	--	--	--

				<p>projetos.” (P.5)</p> <p>“[...] auxiliará em conhecimentos e metodologias de estudos que antes não conhecia.” (P.6)</p> <p>“Abrindo portas e aumentando rede de contatos.” (P.7)</p> <p>“Acredito que abriu muitos horizontes na minha mente” (P.8)</p> <p>“Muito, pois ensinou a pratica que a faculdade nao ensina” (P.9)</p> <p>C.1.5 73,3% responderam que já participaram de atividades extracurriculares e 26,7 respondeu “não”.</p> <p>Quando perguntado das atividades participadas, alguns estudantes responderam: “Monitoria”, “Voluntariado e Bolsa e pesquisa”, e “Centro Académico”.</p>
Bloco 3 – Perspetivas de Inserção no contexto Profissional	D.1 Inserção no Mercado de Trabalho	Identificar as expectativas de Inserção ao Mercado de Trabalho e seus desafios atuais	D.1.1 Quando escolheu o seu curso de licenciatura, levou em conta as taxas de empregabilidade da profissão? D.1.2 Em sua opinião, o curso de licenciatura	D.1.1 60% respondeu “sim” e 40% respondeu “não”. D.1.2 “Não. No que diz respeito ao conhecimento técnico, acredito

		<p>que escolheu preparou-o para o mercado de trabalho?</p> <p>D.1.3 O que teria melhorado a experiência na sua formação durante a licenciatura?</p> <p>D.1.4 Está inserido do mercado de trabalho atualmente?</p> <p>D.1.5 Trabalha ou já trabalhou na sua área de formação?</p> <p>D.1.6 Se não, há quanto tempo procura emprego na sua área?</p> <p>D.1.7 Na sua perspetiva, após o término do mestrado terá emprego...</p> <p>D.1.8 O que o faz sentir preparado para o mercado de trabalho?</p> <p>D.1.9 Quando pensa na sua inserção no mundo do trabalho, que aspeto lhe traz mais anseio, medo ou insegurança?</p> <p>D.1.10 Conhece alguma política de emprego jovem existente no país?</p> <p>D.1.11 Já fez parte de algum programa/serviço ? (ex: IEFP, cursos de formação gratuita, etc.)</p>	<p><i>que sim, mas o mercado de trabalho não exige só isso. Hoje as empresas buscam pessoas que tem uma boa comunicação, que saibam trabalhar em equipe, gerir conflitos e pessoas, quanto ao conhecimento técnico muitas vezes a empresa prefere formar ela mesma seus funcionários. Outra coisa é o psicológico, cada vez mais o mercado está competitivo o que exige muitas das pessoas.” (P.1)</i></p> <p><i>“Mais ou menos, porque muitas vezes o foco foi pesquisa e ambiente científico. Isso é bom, porém muitas o mercado não pede isso.” (P.2)</i></p> <p>Outros 3 estudantes responderam “não” e outros 6 responderam “sim”. 4 estudantes não responderam à esta pergunta.</p> <p>D.1.3</p> <p><i>“Participar de mais projetos, congressos, publicar mais” (P.1)</i></p> <p><i>“Mais prática, menos teoria” (P.2)</i></p> <p><i>“Um estágio profissional, fora</i></p>
--	--	--	---

				<p>das IES, que me encaminhasse para o mercado de trabalho” (P.3)</p> <p>“Acredito que a universidade precisa estar mais próxima do mercado de trabalho, é preciso haver mais projetos e trabalhos práticos em campo, sinto que a formação é muito voltada para a área acadêmica.” (P.4)</p> <p>Outras respostas como: “Foco no que realmente a maioria das empresas procuram, e algumas experiências práticas durante o curso” (P.5), “diálogo e experiência com professores” (P.6), e “Mais tecnologia” (P.7)</p> <p>D.1.4 60% dos estudantes indicaram estarem inseridos no mercado de trabalho atualmente, e 40% não estão inseridos.</p> <p>D.1.5. 93,3% afirmou já ter atuado em sua área de formação.</p> <p>D.1.6 Aos 6,7% que nunca atuaram em sua área de formação, afirmam que procuram emprego na área a</p>
--	--	--	--	--

				<p>mais de 1 ano.</p> <p>D.1.7 26,7% dos estudantes responderam 6 meses, outros 26,7% responderam 3 meses. 20% respondeu mais de 1 ano e 20% responderam “imediatamente”. Apenas 6,6 responderam 1 ano.</p> <p>D.1.8</p> <p><i>“Acredito que tenho muito a aprender ainda, mas o que me faz sentir preparado são as experiências que passei para chegar até onde estou.” (P.1)</i></p> <p><i>“Minha experiência como trabalho que desenvolvo e a minha formação acadêmica” (P.2)</i></p> <p><i>“Minha formação, conhecimento do âmbito legal, propriedades científica e experiência profissional.” (P.3)</i></p> <p><i>“Minhas experiências com voluntariados, e experiências de vida” (P.4)</i></p> <p>Outros estudantes responderam: <i>“Estudar mais” (P.5), “Mais bagagem”(P.6), “vontade e</i></p>
--	--	--	--	--

				<p><i>ansiedade de trabalhar”(P.7)</i></p> <p>D.1.9. 53,3% responderam “Falta de experiência”. Seguidamente 40% respondeu “taxas altas de desemprego na minha área”. Outros 33,3% responderam “baixos salários”. Ainda sim, 26,8 dos estudantes responderam “outros”: “Xenofobia e Racismo”, “Não ter habilidade de comunicação desenvolvidas” e “falta de um segundo idioma fluente”.</p> <p>D.1.10 93,3% dos estudantes não conhecem alguma política de emprego jovem no país. Apenas 6,7% respondeu “IEFP”</p> <p>D.1.11 Apenas 6,7% dos estudantes respondeu “Sim, formação gratuita pra latino-americanos ministrada pelo Coursera”</p>
Bloco 4 – Aquisição de competências	E.1 Perceções de aquisição de competência desde o ES para o Mercado de Trabalho	Aquisição de competências e adaptação ao mercado de trabalho	E.1.1 Para si, a Instituição de Ensino Superior proporcionou a necessária aquisição de competências? E.1.2 Quais	E.1.1 <i>“Proporcionou algumas, como o contato com outros profissionais da área com quem pude aprender algumas</i>

			<p>destaca como essenciais ao mercado de trabalho atual?</p> <p>E.1.3 Sente que precisa de se adaptar para se inserir e se manter no mercado de trabalho? De que maneira?</p>	<p><i>competências, mas, acredito que um maior contato com o mercado de trabalho seria benéfico para aprender outras competências necessárias que só se desenvolvem na prática” (P.1)</i></p> <p><i>“Não, falta de aulas práticas.” (P.3)</i></p> <p>Outros estudantes responderam também: <i>“Algumas” (P.4), “Poderia ter sido melhor” (P.5).</i> 2 estudantes responderam <i>“Não”</i> e 2 estudantes responderam <i>“sim”</i>.</p> <p>E.1.2 Das competências que os estudantes identificam como essenciais para o mercado de trabalho, destacaram-se: <i>“Comunicação, formação profissional” (P.1), “Resiliência” (P.2), “Comunicação e conhecimento em geral” (P.3), “Estágio, entre outras formações” (P.4), “Adaptabilidade, Inovação, Flexibilidade, Trabalho em equipa.” (P.5), “Organização” (P.6),</i></p>
--	--	--	---	--

				<p><i>“Saber como trabalhar para e com o público alvo (trazer inovações tecnológicas ou não, incentivar a participação coletiva)” (P.7)</i></p> <p><i>“Empatia” (P.8),</i></p> <p><i>“Idiomas, adaptabilidade, resolução de problemas e conhecimento da área” (P.9), “[...] capacidade de pensamento crítico, e criatividade de trabalhar em grupo” (P.10),</i></p> <p><i>“[...] gestão de pessoas, conflitos e tempo.” (P.11)</i></p> <p>E.1.3 11 Estudantes responderam “sim” e 4 responderam “não”. Dos que responderam sim, ainda complementam:</p> <p><i>“Resiliência, carisma e muita formação” (P.1)</i></p> <p><i>“Minha área muda constantemente” (P.2)</i></p> <p><i>“Necessidade de um curso de oratória” (P.3)</i></p> <p><i>“Estar atualizada com novas tecnologias e ter conhecimento necessário.” (P.4)</i></p> <p><i>“Me adaptar ao modo de</i></p>
--	--	--	--	---

				<i>funcionamento da instituição". (P.5)</i>
Bloco 5 - Futuro profissional	F.1 Identificar às perspectivas dos estudantes quanto à adaptação do mercado de trabalho atual	Perspetivas e estratégias para inserção no mercado de trabalho	F.1.1 Na sua perspectiva, como vê sua situação contratual no mercado de trabalho? F.1.2 Já pensou em migrar para outras cidades ou outro país a fim de inserção no mercado de trabalho? F.1.3 Pretende continuar os estudos na sua área de formação? F.1.4 Identifica alguma outra área de formação complementar para a sua carreira profissional?	F.1.1 <i>"Vejo que seria muito difícil conseguir uma vaga, primeiro por ser estrangeira e segundo pelo salário que não é atrativo."(P.1)</i> <i>"Em vistas de melhorar, há pouco para área do serviço social, os concursos são mais facilitados, porém com poucas vagas e vencimentos baixos" (P.2)</i> <i>"Com muita luta, muita procura e pouca oferta" (P.3)</i> <i>"Tenho poucas esperanças, principalmente pelas poucas ofertas para a área em que desejo atuar" (P.4)</i> Outros estudantes responderam: <i>"Boa"(P.5), "Na minha área o mercado está bom"(P.6), "Burocrático"(P.7), "Temporário"(P.8), "Complexo"(P.9), "Inseguro"(P.10)</i> F.1.2. 86,7% dos estudantes responderam "sim" e 13,3% respondeu "não". F.1.3 73,3% afirmou

				<p>que pretende continuar os estudos na área de formação e 26,7% respondeu “não”.</p> <p>F.1.4 Dos 15 participantes, 4 responderam “não”. 10 responderam “sim”, incluindo algumas áreas como: Programação, Pedagogia, Administração e Educação. 1 estudante não respondeu a esta pergunta.</p>
Finalização do Questionário	G.1 Agradecer pela participação e disponibilidade		G.1.1 Gostaria de acrescentar mais alguma consideração sobre o tema?	<p>G.1.1. <i>“Sim, o tema é muito pertinente” (P.1)</i></p> <p><i>“É preciso melhorar a viabilização da inserção dos jovens no mercado de trabalho, muitos formam e vão migrar pra outros países em busca de oportunidades na sua área de formação, é muito triste ver um país onde a realidade da maioria é terminar a licenciatura e/ou mestrado e trabalhar fora da área de formação por falta de oportunidade.” (P.2)</i></p> <p><i>“Sinto que o mercado de trabalho na minha área é muito restrito e uma vez que exista a vaga, esta dificilmente será</i></p>

				<p><i>preenchida por um estrangeiro.” (P.3)</i></p> <p><i>“O questionário me fez observar e perceber a área que busco e gosto de trabalhar, e apesar das poucas oportunidades e das adversidades, ainda sim quero continuar a buscar melhorar e aprender cada vez mais para ser uma profissional de excelência e contribuir socialmente através da minha vocação” (P.4)</i></p>
--	--	--	--	---